

Mulheres em movimento mudam o mundo

Sinpro Mulher

Ano V - Edição 5 - Março de 2018 - www.sinprodfo.org.br



Filial:
CUT
CITE
DF

39
anos
CUT
CNE





*Mulheres do Varjão se
movimentam em Batucada
no 8 de março de 2017.*



SUMÁRIO

ENTREVISTA

Kokay analisa situação do país e fala da importância das candidaturas de mulheres



FEMINISMO

Os efeitos do golpe sobre as mulheres e a construção da Plataforma Feminista



POLÍTICA

Escola sem Partido e outras ideologias buscam naturalizar o fascismo no país



EXPEDIENTE

Coordenação editorial: Vilmara Carmo, Ruth Brochado e Goretti Cunha - Secretaria de Mulheres Educadoras

Secretaria de Imprensa: Cláudio Antunes, Cleber Soares e Samuel Fernandes

Coordenação de reportagem, texto final e edição: Carla Lisboa

Reportagem: André Barreto, Carla Lisboa, Luis Ricardo Machado

Projeto gráfico, diagramação e capa: Eduardo G. Antero

Foto da capa e contracapa: Marcelo Tavares Borges

Fotografias: Deva Garcia, ECOM e Arquivo Sinpro-DF

Tiragem: 25.000 exemplares

Gráfica: Palavra Comunicação - (61) 3344 1599

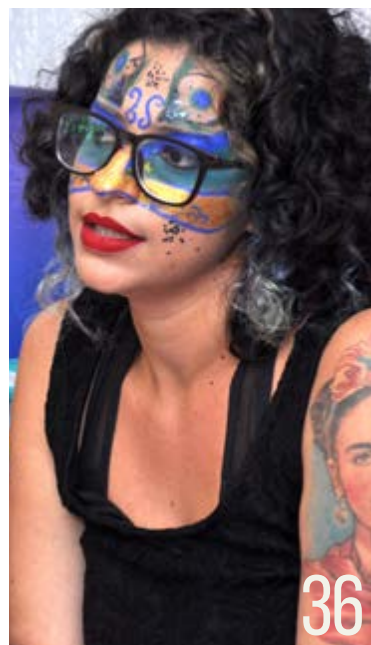
EDUCAÇÃO

Escolas da rede pública do DF realizam projetos para combater violência de gênero



CULTURA

Pontos da cultura do DF assumem caráter contestatório após golpe



VIOLÊNCIA

Assédio sexual cresce nas escolas e comunidade discute ações preventivas



ARTIGOS

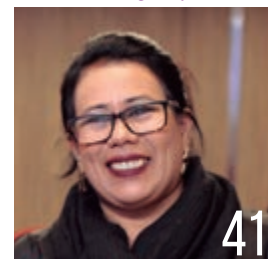
CRECHE

Uma luta que nunca acaba



ÁGUA

Uma abordagem feminista





DIRETORIA COLEGIADA DO SINPRO - TRIÊNIO 2016-2019

Secretaria de Administração e Patrimônio

Carlos Cirane Nascimento – Coordenador
Carlos de Souza Maciel
Nilza Cristina G. dos Santos

Secretaria de Finanças

Rosilene Corrêa Lima – Coordenadora
Bernardo Fernandes Távora
Maria Cristina Sant'Ana Cardoso

Secretaria de Organização e Informática

Julio Barros – Coordenador
Luciano Matos de Souza
Solange Buosi

Secretaria de Assuntos dos Aposentados

Silvia Canabrava de O. Paula – Coordenadora
Marilange da Silva Vianna
Delzair Amancio da Silva

Secretaria de Formação Sindical

Luciana Custódio de Castro – Coordenadora
Jairo Mendonça
Magneite Barbosa Guimarães (Meg)

Secretaria de Política Educacional

Berenice Darc Jacinto – Coordenadora
Anderson de Oliveira Correa
Regina Célia T. Pinheiro

Secretaria de Assuntos Culturais

Thaís Romanelli Leite – Coordenadora
Eliceuda Silva de França
Ticho Lavenere

Secretaria de Imprensa e Divulgação

Cláudio Antunes Correia – Coordenador
Cleber Ribeiro Soares
Samuel Fernandes da Silva

Secretaria de Políticas Sociais

Gabriel Magno Pereira Cruz – Coordenador
Hamilton da Silva Caiana
Yuri Soares Franco

Secretaria de Assuntos Jurídicos Trabalhistas e Socioeconômicos

Dimas da Rocha Santos – Coordenador
Cássio de Oliveira Campos (*In Memoriam*)
Ilsom Veloso Bernardo
Francisco de Assis S. Lima

Secretaria de Raça e Sexualidade

Elbia Pires de Almeida – Coordenadora
Letícia Vieira Montandon
Jucimeire Barbosa da Silva

CONSELHO FISCAL

Enóquio Sousa Rocha
Jailson Pereira Sousa
Joana Darc Ferreira Soares
Joana Brito M. Rodrigues
Misaél dos Santos Barret

Secretaria de Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras

Vilmara Pereira do Carmo – Coordenadora
Maria Goretti Oliveira Cunha
Ruth Oliveira Tavares Brochado

Secretaria de Saúde do Trabalhador

Manoel Alves da Silva Filho – Coordenador
Gilza Lúcia Camilo Ricardo
Alberto de Oliveira Ribeiro

O IMPACTO DO GOLPE DE 2016 NA VIDA DAS MULHERES

O golpe em curso no Brasil se mostra cada vez mais implacável contra as mulheres. Seu primeiro passo foi a deposição de Dilma Rousseff da Presidência da República. O segundo, a aprovação da Emenda Constitucional nº 95/16 (EC 95/16), que impõe o congelamento de investimentos públicos nas áreas sociais por 20 anos. E, com isso, de cara, a educação sofreu os primeiros impactos.

Daí em diante, o golpe pôs em curso um programa de retirada de direitos. A reforma trabalhista, que estrangulou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), permite a terceirização das áreas-fim do Estado e isso impacta negativamente na vida das servidoras públicas. Voltamos à época da República Velha, quando os coronéis aparelhavam o Estado e somente os seus apadrinhados eram escolhidos para os cargos públicos.

É exatamente isso que a terceirização faz: transforma o Estado em cabide de emprego para apaniguados e cabos eleitorais, retroalimentando a elite no poder. Essa política tem o objetivo de expropriar o patrimônio nacional. É uma política colonialista, escravagista e patriarcal.

Atua para entregar às corporações transnacionais e aos países hegemônicos nossos recursos minerais e biológicos. O golpe entregou, logo de início, o pré-sal às petrolíferas estrangeiras, com isenção tributária, e uma campanha midiática inverídica e difamatória contra a

Petrobras. E num desmanche sem precedentes da Nação, entregam os aquíferos, as empresas de energia e outros patrimônios importantes para a soberania nacional.

Para entender alguns motivos da não reação do povo a esse ataque, a quinta edição da revista **Sinpro Mulher 2018** traz uma reportagem sobre o fascismo no Brasil, mostrando como ele se manifesta e onde atua. Traz também um pingue-pongue com a deputada federal Érika Kokay (PT-DF), mostrando o impacto do golpe na vida das mulheres.

Enquanto estávamos às voltas com o fechamento da revista, fomos surpreendidas pela intervenção militar no Rio de Janeiro e o projeto de ampliação dessa ação em mais nove estados. O objetivo das intervenções é assegurar a continuidade desse desmonte da Nação e desconstrução do Estado democrático de direito.

O cerco se fecha e só nos resta fortalecer a resistência. Nós, professoras e orientadoras, podemos protagonizar a defesa de nossos direitos, organizando-nos por local de trabalho e fortalecendo nosso sindicato. Há que se discutir, assiduamente, em reuniões de coordenação, a situação nacional e local.

Para isso, é importante elegermos representantes sindicais e nos colocarmos à disposição para sermos essas representantes. Neste ano de debate eleitoral, a revista **Sinpro Mulher 2018** traz uma apresentação da Plataforma Feminista. E a partir da construção da plataforma,



Por Vilmara Pereira do Carmo
Coordenadora da Secretaria para Assuntos e Políticas para as Mulheres Educadoras do Sinpro-DF

acreditamos que é preciso eleger mulheres feministas e fazer valer nossas reivindicações na educação, na política, na saúde, na previdência, no mercado de trabalho etc.

O enfrentamento e o combate ao golpe é uma construção diária que faz um casamento perfeito com o magistério. Como atividade pedagógica, temos exemplos de mulheres que transformaram a realidade escolar a partir do debate de igualdade de gênero, motivadas pelo Projeto Mulheres Inspiradoras.

De forma periférica, várias casas de cultura, organizadas por mulheres em nosso DF, resistem ao golpe com uma pegada feminista na atuação. Não é à toa que todas as palavras da luta são femininas: luta, formação, organização e resistência. É o que temos pela frente.

Boa leitura e boa Luta!

CANDIDATURAS FEMINISTAS

SÃO FUNDAMENTAIS PARA ROMPER COM A CULTURA DO MEDO

Por Carla Lisboa

A professora Flávia Biroli, do Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB), em entrevista à Editora Boitempo, disse que o Brasil vive um momento propício para se refletir sobre a participação política das mulheres. Para ela, a deposição de Dilma Rousseff da Presidência da República acabou com todos os canais de diálogo entre governo e movimentos feministas existentes desde a transição da ditadura militar, nos anos 1980. Esse rompimento, segundo ela, é mais do que uma ação de “velhos políticos” que transformam seu desprezo pela cidadania das mulheres em política de Estado, mas um ajuste sintonizado com a ação conservadora em curso. No entendimento dela, a restrição da democracia e o aprofundamento das desigualdades dessa “atualização” do neoliberalismo contêm fortes componentes de gênero. A deputada Érika Kokay compartilha desse pensamento e, numa análise de conjuntura para a quinta edição da revista *Sinpro Mulher 2018*, ela fala desse tema, do ano eleitoral e das novas perspectivas de luta.

Sinpro Mulher – Qual é o impacto do golpe de Estado no Brasil sobre a vida das mulheres?

Érika Kokay – Simone de Beauvoir tinha razão ao dizer que se há uma crise que atinge o conjunto da sociedade, ela atinge mais as mulheres porque há uma situação de desigualdade de direitos muito intensa. Quando se tem retirada de direitos, as mulheres ganham menos do que os ho-

mens e são as primeiras a serem demitidas. Qualquer crise tem impacto maior sobre as mulheres e, historicamente, sobre as camadas mais vulnerabilizadas.

A reforma trabalhista, por exemplo, irá impactar muito mais nas mulheres porque já partimos de uma condição desigual de direitos. Se há o congelamento das despesas primárias, em que se incluem políticas públicas e essas políticas são precárias, vão atingir mais as mulheres ao se excluírem creches, educação, saúde. Ela atinge muito mais as mulheres porque somos “minorizadas” (de minoria) e minorizadas, ou seja, consideradas menores, que é parte sexista.

Na reforma trabalhista, as mulheres serão forçadas a trabalhar em locais insalubres mesmo na condição de lactantes. Com a reforma da Previdência, elas perdem a única política que reconhece a desigualdade de gênero no mundo do trabalho. É o reconhecimento de que as mulheres adentraram os espaços públicos, mas a sociedade não possibilitou a divisão igualitária dos espaços domésticos. É como se a sociedade permitisse a ela a ocupação dos espaços públicos, mas na condição de que o filho não adoecesse; a casa ficasse intacta; que ela estivesse disponível para o marido; que fosse perfeita nas diversas funções que a construção de gênero da sociedade impõe.

O golpe é uma ruptura da democracia. E, se não tem democracia, os direitos todos ficam ameaçados. Se alguém achava que o golpe era algo ensimesma-



do, apenas um instrumento para aqueles que não conseguem ganhar nas urnas, nos processos democráticos, e chegarem às estruturas do poder, estamos vendo que o golpe de 2016 vai se repercutindo nas nossas vidas. Ele está entrando na nossa casa. Está roubando o nosso alimento. Ele está impondo uma fome ao Brasil que não é apenas uma fome de pão. É uma fome de justiça, de beleza, de paz. Ele está estabelecendo uma fome nas diversas dimensões que a nossa humanidade permite que sintamos, as diversas fomes que o ser humano tem. É um golpe que está impondo um programa para a Nação, programa esse derrotado quatro vezes nas urnas.

“As candidaturas feministas, pela sua própria existência, são uma resistência à lógica fundamentalista e fascista em curso no Brasil”

Érika Kokay



Sinpro Mulher – O golpe elimina o projeto de Nação que estava em construção desde a abertura política, na década de 1980, e de desenvolvimento do período democrático-popular?

Érika Kokay – Sim. Se analisarmos, por exemplo, os motivos que eles alegam para vender a Eletrobrás por, talvez, R\$ 18 bilhões ou R\$ 20 bilhões, e ela tem ativos de mais de R\$ 400 bilhões, veremos que o golpe não tem projeto de desenvolvimento nacional. O Brasil está rasgando qualquer projeto de se transformar em uma nação soberana porque está eliminando os insumos básicos necessários para qualquer projeto de desenvolvimento social, econômico e industrial que passa pela energia

e pelo petróleo. Não há projeto de desenvolvimento para o Brasil.

Sinpro Mulher – Análises apontam a participação do Poder Judiciário e do Ministério Público no golpe. Como a senhora vê isso e como defender a democracia se as instituições que poderiam defendê-la atuam em favor do golpe?

Érika Kokay – Quem preserva a democracia é a participação direta. Existe, primeiramente, uma democracia que não se consolidou. Um país que ainda não fez o luto da ditadura, nem do colonialismo, nem da escravidão. Não fez o luto dos períodos de desumanização muito intensos da nossa população. O Brasil tem uma democracia em construção. A democracia,

e estamos vivenciando isso com muita dor, precisa ser cuidada para que ela venha a se fortalecer. E ela se fortalece com a participação popular, com a organização e a democracia direta.

Alguém acha que são os poderes, ou diria, os podres poderes, constituídos dentro das regras estabelecidas como elite e sempre manietados como elite e são esses poderes institucionais que vão preservar a democracia? Quem preserva a democracia é a participação direta. Nada mais importante, neste momento, do que uma radicalidade democrática. Tem de democratizar os espaços, os territórios e a população se sentir dona do seu próprio território, da sua própria vida, do seu próprio espaço, os espaços das políticas públicas.

Como explicar um empresário como o Eike Batista, que tem vários crimes nas costas comprovados, consiga um *habeas corpus*; que uma Cristiane Brasil, que efetivou crimes trabalhistas, foi condenada por isso, que ousava ser ministra do Trabalho, esse mesmo juiz que autorizou a posse de Cristiane Brasil como ministra do Trabalho negou uma liminar para assegurar a liberdade de Lula enquanto tramita um processo que todos e todas sabem que é construído em bases falsas?

Sinpro Mulher – Por que o julgamento do Lula, pelo TRF 4, no dia 24 de janeiro, é considerado a terceira fase do golpe e o que significa essa fase?

Érika Kokay – Eu não diria que seja a terceira fase do golpe. Trata-se de um processo continuado. Se há os que consideram o julga-



Érika Kokay (PT-DF) na Câmara dos Deputados: uma voz isolada em defesa dos direitos das mulheres

mento do Lula, em janeiro, a terceira fase do golpe, eu pergunto: qual é a continuidade do golpe? Estabeleço o golpe, tomo de assalto o governo sem qualquer tipo de crime de responsabilidade e efetivo um golpe por meio do Parlamento, com a anuência e a cumplicidade do Poder Judiciário (porque o Judiciário poderia ter reagido) e vou impondo um programa que favorece o capital estrangeiro, que entrega as riquezas, o patrimônio nacional, que retira direitos, que vende as nossas empresas – como a Eletrobrás, a Casa da Moeda, os bancos públicos – enfim, vou caminhando, esgarçando o tecido dos direitos e da soberania nacional. E vou eliminando todos os que podem se opor a isso.

O golpe investiu contra o setor cultural, o movimento estudantil (quando tentou impor no Congresso Nacional uma CPI da UNE), investiram contra o movimento sindical na reforma trabalhista, tentando descaracterizar os sindicatos. Trata-se de uma estupidez sincera e é um genocídio, um assassinato da Nação, do Brasil e dos seus direitos enquan-

to Nação. É sincero, reconhecido, explícito porque fizeram tudo isso e buscam se apropriar do sentimento da população.

Resistir contra a possibilidade de prisão do Lula e da retirada dele do processo eleitoral é resistir em nome do próprio Brasil. Não vai sobrar Brasil se este governo continuar. Achar que o jogo está perdido é o grande convencimento que eles querem impor. É óbvio que não querem permitir a candidatura de Lula, mas, para que eles não permitam a candidatura do Lula, eles têm de convencer a população brasileira de que Lula não tem como ser candidato. O que não conseguiram.

Sinpro Mulher – Com base nessa análise, o que irá acontecer no Brasil em 2018?

Érika Kokay – Vai depender de como iremos reagir às exigências que a história nos traz. O fato concreto é que o setor do Poder Judiciário que decidiu pela condenação de Lula, em Porto Alegre, não se distancia dos grandes corruptos deste país. Mas ele é uma expressão dessa corrupção. É corrupção do direito. Enfim, está-se corrompendo

a própria Constituição Federal. Massacrando. Isso vem aliado à retirada de direitos de vários segmentos: indígenas, negros, estudantes, crianças, mulheres. Vai naturalizando o fascismo.

Sinpro Mulher – Qual é a face do golpe hoje e durante este primeiro semestre de 2018?

Érika Kokay – Ela está concentrada na destruição de Lula. Ela vai esmagando, de forma golpista, toda a resistência. E hoje a resistência se concentra na esperança de todo brasileiro no retorno de Lula. A atual face do golpe é convencer o povo brasileiro e o segmento de centro que está no Parlamento de que Lula não será candidato.

Ou seja, antes de impedir que Lula seja candidato, a nova face do golpe constrói, no inconsciente do povo brasileiro e em segmentos do próprio centro que está representado no Congresso Nacional, uma convicção de que Lula não será candidato para que não tenha defecções na sua base de apoio no Congresso Nacional. Da mesma maneira que eles se uniram e se concentraram no golpe contra Dilma, em seguida no golpe contra as políticas públicas, os direitos, o Orçamento (o congelamento por 20 anos), agora se concentram na destruição de Lula. O golpe está concentrado, primeiramente, na consolidação de uma narrativa de que Lula não será candidato. E estamos dizendo o contrário: estamos dizendo que Lula será candidato. Vamos disputar a narrativa com a própria sociedade e ainda que Lula perca as eleições, a existência de eleições livres, sérias, que pressupõem a participação de Lula, posto que criminoso não é, ela, por si só, já será um grande avanço. Ela é, por si só, fundamental para a destruição do próprio golpe e o golpe sabe disso.

Sinpro Mulher – A Carta Capital divulgou uma pesquisa recente sobre o perfil do eleitor e constatou que ele é conservador do ponto de vista cultural, mas não o é do ponto de vista econômico, nesse cenário que são os desafios de candidaturas feministas?

Érika Kokay – As candidaturas feministas, pela sua própria existência, são uma resistência a uma lógica fundamentalista e fascista em curso no Brasil. Os fundamentalistas colocam-se em movimentos visíveis de forma mais à miúdo do que qualquer tipo de resistência nacionalista à venda do patrimônio público porque existe uma sociedade muito sofrida, que tem uma herança escravocrata grande, uma lógica patrimonialista daqueles que se sentem donos dos corpos das mulheres, das crianças, de um patrimônio que não lhes pertence. É uma sociedade que manda uma dupla mensagem: “consuma para eu lhe respeitar”, mas não dá o direito de consumir.

Estamos considerando natural nossas escolas sendo cercadas. Terem arame farpado. Porque como eles querem destruir os espaços públicos, um dos espaços que resiste, no seu caráter público e de diversidade são as escolas. Eles querem calar as escolas. E aí trazem o Escola sem Partido, que retira a discussão de gênero e todas as outras discussões. Quer calar as escolas e transformá-las em espaços nos quais não há troca de saberes. Locais em que as pessoas não respeitam o outro enquanto o outro, o diferente, porque nossa humanidade só se realiza com o outro. Sem o outro a gente não consegue efetivar nossa humanidade.

No Brasil, 85% das mulheres têm medo da violência sexual. E se são mulheres mães de meninas e LGBTI, têm medo dobrado. Que sociedade é essa que uma mãe

tem medo de que sua filha(o) não volte para casa? Ou que sua(eu) filha(o) não volte para casa sem ser agredida(o)? Que sociedade é essa que temos medos das noites e das ruas? Essa sociedade precisa ser rompida e o feminismo é fundamental para rompê-la.

Sinpro Mulher – O que significa “buscar se apropriar do sentimento da população”?

Érika Kokay – É tentar convencer a população, com os recursos financeiros da própria população, que deveria ir para a saúde e a educação, mas que vão para a publicidade midiática, a fim de convencer a população de que a reforma da Previdência é boa para ela. A mensagem é a seguinte: “Olhe, você não poder se aposentar é bom para você. Olhe, você não ter direitos, é bom para você porque vai gerar emprego”.

O golpe busca se apropriar dos discursos das esquerdas. Lembra-me muito Pasolini [cineasta Pier Paolo Pasolini] quando dizia que os camponeses que seguiam Mussolini [Benito Amilcare Andrea Mussolini]: quando chegavam nas aldeias se despiam das fardas e das armas e viravam camponeses de novo. E Pasolini dizia: “O que me assusta é que as armas e as fardas se apossaram das almas. Se apossaram da consciência do próprio discurso”. Disse isso uma semana antes de ser assassinado, provavelmente, num crime homofóbico, sem resolução até hoje.

Ou seja, o golpe busca se apropriar, contudo, o Brasil viveu uma experiência que eles não tinham a noção de como iria calar fundo o povo brasileiro: a experiência do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, do PT. A experiência de ter uma Nação que se transformaria na quinta economia do mundo, de ter trabalhado com o pleno emprego, eliminado a fome, as

universidades abertas para filhos e filhas da classe trabalhadora, a experiência de ser respeitado. Essa experiência que o Brasil viveu, eles não imaginavam que ela fosse calar tão fundo.

E aí, ao calar tão fundo, o povo brasileiro dá a resposta que deu em 1974. Em 1974, durante a ditadura militar, o povo não ia às ruas contra a ditadura. Mas o povo votou contra os candidatos do governo. E votou na oposição que, na época era o MDB. E povo começou a dar respostas. E, agora, qual a resposta que o povo deu? A comoção com as caravanas do Lula, a intenção de voto em Lula. O povo diz que irá votar em Lula. Então, eles agora querem destruir o Lula.

Não fizeram o golpe que fizeram, com essa violência à democracia, com a cumplicidade silenciosa do próprio Supremo Tribunal Federal (STF), colocando democracia no pelourinho, que estamos vivenciado hoje, para depois, pelas vias democráticas, dar ao povo o direito de decidir. Tentaram cooptar a população. E não conseguiram. Ao não conseguir, tentam fórmulas de dominação. Domina-se pela cooptação ou pela força. E agora estão dominando pela força: é uma violência institucional.



MULHERES SÃO AS MAIORES VÍTIMAS DO GOLPE

Impacto começou antes do impeachment da ex-presidente Dilma, quando o discurso do ódio reverberou na sociedade. Agora, com os efeitos das reformas neoliberais, torna-se mais evidente

Por Carla Lisboa

O Brasil inicia o ano de 2018 na esperança de que, no fim do ano, com as eleições e um Congresso Nacional renovado, o país volte a crescer. Essa é a mensagem que os institutos de pesquisa de opinião têm anunciado.

Os resultados indicam que a população rejeita todas as reformas, desaprova as privatizações e, quando é informada sobre as reformas instituídas, posiciona-se contrária à eliminação de direitos sociais, trabalhistas e previdenciários. Além de não admitir a reforma da Previdência, rejeita as expropriações exigidas pelo sistema financeiro e o grande empresariado.

Os movimentos social e sindical explicam que o golpe é um instrumento de várias organizações capitalistas nacionais e estrangeiras, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), as transnacionais, o sistema financeiro, entre outras, para pôr abaixo o Estado democrático de direito (Welfare State) – instituído após a Segunda Guerra Mundial, o qual garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e segurança social gratuitos e públicos para todos os cidadãos.

“É também um mecanismo de desconstrução do modelo republicano de governo baseado em três Poderes teoricamente independentes entre si, cujo objetivo é instituir a financeirização das economias, a politização partidária

do Judiciário e a mercantilização dos direitos sociais e suas consequências”, explica Vilmara Pereira do Carmo, professora de história e coordenadora da Secretaria para Assuntos e Políticas para Mulheres Educadoras do Sinpro-DF.

As pesquisas eleitorais, no entanto, confirmam a vitória, em primeiro turno, da retomada da política democrático-popular e de um projeto de desenvolvimento. A prova desse desejo é evidenciada nos resultados das pesquisas de opinião que indicam a vitória do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com mais de 50% dos votos, em todo o país, principalmente após o resultado do julgamento dele, em 24 de janeiro deste ano.

“Essas pesquisas mostram que a população rejeita veementemente a política neoliberal e esse tipo de Estado fundamentalista porque ela sofre com isso. Todavia, quem mais sofre é a mulher. Esse tipo de organização capitalista patriarcal massacra a mulher; que é a maior parte da população”, ressalta a diretora.

Ela lembra que a primeira atitude do governo autoritário foi a eliminação da Secretaria Nacional da Mulher para retirar dela sua rubrica no Orçamento da União. Depois, criou um ministério sem mulheres. E, em 2015, o Congresso Nacional, numa atitude ultrac conservadora, em uma votação permeada por observações machistas, rejeitou, a emenda que incluiria, na Constituição, a reserva de 10% das vagas para deputadas, senadoras e vereadoras”, lembra Vilmara.



Vilmara: “Golpe institucionaliza a mercantilização dos direitos sociais”

A regra, na avaliação do movimento feminista, não traria grandes mudanças, mas transformaria em lei a representatividade existente, hoje, no Poder Legislativo, aumentando, gradativamente, pelos 12 anos seguintes, a proporção para 15%.

Um levantamento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dá conta de que 52% do eleitorado brasileiro é formado por mulheres. E a desaprovação da emenda não só prejudicou as brasileiras, como também colocou o Brasil, na época, no posto número 156 de um *ranking* de 188 países que

considera a representação feminina no Parlamento.

“Estamos atrás até de países em que mulheres têm menos direitos do que homens. Nas eleições de 2014, 51 mulheres foram eleitas, mas uma foi afastada para ocupar cargo no Poder Executivo”, lembra Eliceuda França, diretora do Sinpro-DF.

UMA PLATAFORMA FEMINISTA PARA NEUTRALIZAR E VETAR O RETROCESSO

Essa análise da situação do país é compartilhada por organizações e coletivos de mulheres que se mobilizam para construir uma plataforma feminista e concorrer às eleições gerais de 2018. “A plataforma feminista é um instrumento do movimento de mulheres para disputar com as narrativas conservadoras dos meios de comunicação e que atuam na consolidação de uma visão machista, racista, LGBTIfóbicas que a cultura patriarcal tenta normatizar no Brasil”, aponta Eliceuda França.

Na avaliação dos movimentos feministas, mais do que um documento com itens a serem defendi-

dos pelas candidatas aos Poderes Legislativo e Executivo, a plataforma é um processo permanente de construção de uma nova sociedade. As políticas adotadas pelo golpe ensejam o desejo e a necessidade de as mulheres se unificarem na defesa de uma plataforma que enfrente essa situação.

“Os efeitos do golpe de Estado foram sentidos imediatamente e vão se repercutir na vida das mulheres por décadas se não houver enfrentamento. A plataforma feminista tem o objetivo de neutralizar e eliminar esses retrocessos”, afirma a diretora.

No Distrito Federal, mulheres ligadas a vários partidos po-

líticos de esquerda, a coletivos de mulheres e a organizações feministas têm se reunido para construir, de forma ampla, a plataforma feminista. O movimento em construção inclui a defesa de princípios e novos paradigmas que fazem parte da pauta feminista desde o fim do século XIX.

PLATAFORMA FEMINISTA

As candidatas que disputarem as eleições de 2018 devem defender os princípios da plataforma feminista que buscam instituir a valorização da primeira infância e da educação não-sexista, a educação laica e escolas que respeitem a diversidade, entre outros,



Eliceuda: “A plataforma feminista é o instrumento das mulheres para disputar com as narrativas conservadoras”



como o direito à cidade, a creches estatais (e diminuição das conveniadas), fortalecimento dos serviços de atendimento e das redes de mulheres; valorização do parto humanizado, da agricultura familiar e do desenvolvimento sustentável. A plataforma feminista está em debate. Aberta à discussão.

Os movimentos feministas são unânimes em afirmar que é necessário construí-la de forma ampla porque o golpe veio para matar; a cada dia, as conquistas sociais que asseguram a própria existência das mulheres e de suas famílias. Assim, na avaliação dos movimentos feministas, o golpe fabricou uma crise para, dentre outras coisas muito graves, impor à mulher o “retorno à casa”, uma vez que, historicamente, em momentos de crise, o desemprego e o aumento do custo de vida sobre toda a classe trabalhadora leva, primeiramente, as mulheres a assumirem o trabalho doméstico não remunerado, como os cuidados com a reprodução da vida das famílias, o que é fundamental para a

existência do capitalismo”, afirma Natália Mori, integrante do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA) e da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

Jolúzia Batista, também integrante do CFEMEA e do Fórum de Mulheres do Distrito Federal e Entorno, afirma que a plataforma feminista precisa defender, antes de tudo, uma mudança radical no sistema político. “Fazemos parte da plataforma dos movimentos sociais pela reforma do sistema político porque entendemos que o atual sistema político foi feito para dar errado. Ele privilegia os grandes interesses corporativos e representa uma única classe social e econômica, que é essa contra a qual, hoje, a gente está fazendo toda a ação de enfrentamento e que está materializada no julgamento do Lula, no dia 24 de janeiro de 2018, que se apossa do Judiciário a favor das elites e da manutenção do *statu quo*”, analisa.

Ela diz que essa crítica ao sistema político faz parte de um investimento de mais de 10 anos

que muitas organizações populares e democráticas, como o MST, MTST, MMC, Mulheres Negras e outros movimentos envolvidos na construção dessa plataforma da reforma do sistema político têm desenvolvido.

“Em 2013, durante as manifestações de rua denominadas Jornadas de Junho, perdemos uma grande oportunidade de mudarmos o Brasil, de darmos uma virada nesse sistema, mas a gente viu o que aconteceu no Congresso Nacional: Dilma e a bancada que estava pautando as nossas demandas, parte do próprio PT, do PSOL, ficaram com o jogo sobre a reforma eleitoral. Não houve avanço”, critica a feminista.

Natália, por sua vez, diz que, no âmbito da plataforma, é preciso questionar o voto distrital, porque há problema do enfrentamento da desigualdade. “A gente acredita que, para haver uma reforma eleitoral, ou uma minirreforma, tem de haver uma reforma no sistema de Justiça”, diz. Ela afirma que, no entendi-

mento da AMB e do CFEMEA, a plataforma deve ser um processo conduzido pelos cinco eixos que integram a plataforma dos movimentos sociais. E o primeiro deles e mais urgente é a reforma radical do sistema político.

Ela expõe outros pontos da plataforma: “A gente tem um eixo sobre a democratização da Justiça e acumula um debate sobre o Poder Judiciário, que está colocado pelos grupos de direitos humanos e pelos que pensam o Poder Judiciário brasileiro. Outro eixo é sobre a democratização da comunicação. Esse é um dos eixos mais importantes e é necessária a regulamentação com mais possibilidades de uma mídia pública, quer dizer, tudo o que a gente está fazendo o contrário, embora devamos levar em consideração que vivemos um momento de golpe. Os outros três eixos são o de aperfeiçoamento e melhoria da democracia

representativa, participativa e direta – os mecanismos, hipóteses, as referências etc.”, enumera.

Natália e Jolúzia entendem que, se o golpe impacta negativamente na vida das mulheres diariamente, a construção de uma plataforma feminista não é simplesmente a execução de uma lista de pontos a serem defendidos por mulheres nas eleições, e sim um processo permanente de discussão e atuação para o enfrentamento das desigualdades e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Para isso, é preciso estar nesse processo diário de combate ao patriarcado e, conseqüentemente, ao neoliberalismo. Para elas, além dessa participação, há que se intervir com essa construção nos locais de formação de opinião e cidadania, como na mídia, nas escolas e em todos os lugares.

GOLPE EXPULSA MULHERES DO MERCADO DE TRABALHO

Após extinguir a Secretaria Nacional da Mulher, o governo Temer impôs uma série de prejuízos às mulheres. O principal é o retorno à pobreza extrema. Os movimentos feministas afirmam, até mesmo, que a crise é artificial, fabricada para diminuir postos de trabalho, com cortes nas políticas sociais, para pôr as mulheres fora do mercado e em situação de maior vulnerabilidade. Em menos de 2 anos, os impactos se mostraram mais perversos do que o previsto no período da execução do golpe.

“É matemático: vivemos uma avalanche de desemprego e isso atinge em cheio a mulher. Quando se vai definir, numa empresa, quem será o primeiro da fila a ser demitido é a mulher. Escolhem a mulher. Impuseram a ela,

historicamente, as obrigações com os filhos, a casa, a família. É vista como uma mão de obra que pode abrir mão do seu direito de ter um espaço no mercado de trabalho. Impuseram a ela o papel de cuidadora e é mantido sob uma política do medo e do amedrontamento. Isso tudo interfere na decisão de um patrão na hora de demitir um homem ou uma mulher”, assinala Rosilene Corrêa, coordenadora da Sinpro-DF e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE).

A diretora entende que essa é uma das situações que deixa a mulher em desvantagem. “As reformas trabalhista e da Previdência são duas ações do mercado financeiro e do golpe em curso



Rosilene Corrêa aponta retrocessos para as mulheres com a reforma trabalhista

que afetam negativa e frontalmente as mulheres. E as educadoras sofrerão os efeitos dessas reformas imediatamente. A reforma trabalhista já está fazendo seu estrago no magistério. Escolas privadas de ensino básico, médio e superior estão demitindo professores com carteira assinada para recontratá-los de forma intermitente e sem direitos trabalhistas. A reforma da Previdência é outra que irá afetar fortemente porque vai alterar a nossa idade para aposentadoria e extinguirá um direito que conquistamos na segunda metade do século XX, que é a aposentadoria especial”.

O fim da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), decretado pela reforma trabalhista, é uma das reformas que mais afetam as mulheres. A crise que o país atravessa, com o fim dos avanços conquistados pela mulher, recoloca sobre ela a obrigação de “retornar ao espaço privado da casa”, uma vez que, historicamente, nos momentos de crise, o desemprego e o aumento do custo de vida que recaem sobre a classe trabalhadora afeta muito mais e profundamente às mulheres porque foi determinado, pelo patriarcado, que as mulheres é que devem assumir os cuidados

e as condições com a reprodução da vida das famílias.

Vários levantamentos realizados pelo movimento feminista mostram que esse “retorno para casa” é uma das ferramentas do patriarcado para manter a dominação-exploração. Em momentos de recrudescimento de crise, o uso dessas “ferramentas” se acentua numa perspectiva de exclusão das mulheres dos espaços públicos tanto do trabalho, da militância e até mesmo do lazer, e serve, ainda, como uma punição a quem ousar transgredir as ordens, impondo também uma cultura do medo.

REFORMAS DIMINUEM PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NEGRAS NA PEA

Neide Rafael, da Frente de Mulheres Negras, compartilha da mesma opinião de Neliane Cunha, professora da rede pública de ensino. Elas acreditam que, se o golpe é devastador para as brasileiras, muito mais ainda o é para as negras. Elas afirmam que há estudos do próprio governo que apresentam o mercado de trabalho formal fechado às negras. “Outros estudos revelam

que o índice de violência doméstica aflige muito mais a mulher negra”, garante Neide Rafael.

Ela acredita que o golpe neoliberal acabou com a possibilidade de as mulheres negras ampliarem sua participação na População Economicamente Ativa (PEA) e de conquistarem maiores níveis de escolaridade e trabalhos mais qualificados. “O golpe deixa evidente a atual

configuração da participação das mulheres no mercado de trabalho, evidenciando as contradições de gênero e de raça da sociedade brasileira, patriarcal, machista, racista e capitalista, uma vez que as mulheres, sobretudo as negras, estão, na grande maioria, em trabalhos precarizados, recebendo menores salários”, afirma Neide.

Ela diz que, a Frente de Mulheres Negras entende essa crise como algo fabricado pelos protagonistas do golpe. “O aumento do desemprego, as ocupações no mercado de trabalho passam a ser disputadas pelos homens, o que confirma esse retorno da mulher ao lar. Para a negra, trata-se de um retorno a uma espécie de senzala, uma vez que, em razão de suas condições de sobrevivência, elas terão de retornar às cozinhas mal pagas da burguesia como domésticas sem carteira de trabalho, sem direitos e, agora, com remuneração precária relacionada aos horários intermitentes instituídos pela reforma trabalhista”, denuncia.



Neide: “Para as negras, trata-se de um retorno a uma espécie de senzala”



“O Mapa da Violência revela que a mulher negra faz parte dos 10% da maior parte da população com mais chances de ser vítima de homicídios”

Neliane Cunha

Neliane, por sua vez, lembra que, nesses momentos de crise, há sempre a tendência de acentuar a violência contra as mulheres. “O Mapa da Violência de 2017, feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), dá conta de que a população negra corresponde à maioria (78,9%) dos 10% dos indivíduos com mais chances de serem vítimas de homicídios”, informa. O estudo revela também a persistência da relação entre o recorte racial e a violência no Brasil ao constatar que, enquanto a mortalidade de não-negras (brancas, amarelas e indígenas) caiu 7,4%, entre 2005 e 2015, entre as mulheres negras o índice subiu 22%.

O GOLPE RETIRA DIREITOS DAS TRABALHADORAS RURAIS

O golpe afeta de forma perversa as trabalhadoras rurais. Rosângela Piovizani, do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), uma das camponesas que fez greve de fome, em dezembro de 2017, contra a reforma da Previdência, considera a ascensão de Temer um recado da sociedade conservadora, aliada à mídia e ao capital financeiro e especulativo.

Ela diz que o recado é o de que o projeto de desenvolvimento democrático-popular não é do interesse deles porque mexeu em estruturas que dariam mais

condições às mulheres, aos negros e às negras, aos povos indígenas. “Por isso, o MMC acredita que o golpe não foi só contra o Estado democrático de direito e a ex-presidenta Dilma, e sim contra todas as políticas construídas a partir de uma agenda de reivindicações dos movimentos sociais e feministas que exigiam políticas públicas e inserção da mulher e de seus direitos. Esse tipo de política fere bastante os interesses da classe dominante”.

Para Rosângela, após o golpe de 2016, o país iniciou uma sequência de golpes para eliminar

direitos conquistados, em especial pelas mulheres. “A reforma trabalhista, a eliminação da Secretaria de Mulheres do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, o Estado e diversos estados e prefeituras acabaram com as políticas e os espaços que a gente tinha”, denuncia.

Hoje está mais difícil para as mulheres camponesas conseguirem algum financiamento, não só na linha de financiamento, mas também de espaço para discussão. “O golpe fechou todas as



Rosângela: "O golpe fechou todas as portas que a gente tinha"

portas que a gente tinha, como secretarias, diretorias, instrumentos de diálogo para a pauta das mulheres. E segue com a reforma da Previdência", diz.

Estudos mostram que as mulheres sofrerão o maior impacto da reforma da Previdência. O aumento da idade, o nivelamento com a idade e período de contribuição dos homens é um grande prejuízo por causa da dupla e até tripla jornada de trabalho. As camponesas consideram essa reforma um atentado a esse direito. Com uma forma específica de trabalho e de comprovação, bem como de contribuição, elas perderão o direito à previdência porque, da forma como está no projeto de reforma, as camponesas serão obrigadas a fazer escolhas que, certamente, serão em favor dos homens, porque as trabalhadoras rurais vivem de uma ou, no máximo, de duas safras no ano. Com isso, não há como pagar mensalmente o INSS.

Nos governos democrático-popular, as camponesas conquistaram alguns direitos, como o financiamento, a escritura da terra e o Pronaf em seus nomes. Esses direitos, ameaçados pelo golpe, são responsáveis por garantir a autonomia da camponesa, que, assim como as trabalhadoras urbanas, em muitos casos, assumem a família sozinhas.

"Dependemos da natureza e só temos dinheiro na safra. Não tendo safra, sobrevivemos sem dinheiro disponível. Se a gente tiver de contribuir mensalmente e de fazer escolhas, certamente, numa unidade de produção com quatro, cinco pessoas, a prioridade será dos homens porque vivemos numa sociedade em que prevalece a cultura patriarcal que considera o homem o provedor.

ESCOLA SEM PARTIDO

LEVA FASCISMO ÀS ESCOLAS PÚBLICAS DO DF

Monitoramento, intolerância e perseguição: os principais ingredientes introduzidos nas escolas da rede pública que poderão resultar em uma explosão perversa da violência social

Por Carla Lisboa

O número de denúncia de monitoramento de professores(as) na rede pública de ensino por causa da ideologia de gênero e por pessoas adeptas do Programa Escola sem Partido (ESP) tem aumentado ostensivamente. Desde que a deputada distrital Sandra Faraj (Sem Partido) apresentou o Projeto de Lei da Mor-

daça, na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), em 2015, docentes têm acionado o Sinpro-DF para se defender da perseguição ao direito à liberdade de cátedra e até mesmo para proteger sua integridade moral e física.

As denúncias sempre dão conta de que estudantes e professores(as) filmam aulas e atividades pedagógicas para delatar, a autoridades públicas, professores(as) que buscam

construir um pensamento crítico e assegurar uma formação cidadã a seus(as) educandos(as), conforme preconiza a legislação que rege a educação pública no Brasil. Os perseguidores alegam que tais docentes pregam a doutrinação ideológica.

“Em 2017, participamos de uma atividade pedagógica do CED 02 do Cruzeiro para assegurar a realização do evento. Além da pressão subliminar que come-



Regina acredita que Escola sem Partido cria clima de perseguição na categoria

çou a existir na escola desde o momento em que a atividade foi divulgada, o clima de perseguição foi constatado quando foi interceptada uma mensagem de WhatsApp a autoridades públicas, em que se pedia a intervenção do Estado na escola para impedir a realização das Conferências Contemporâneas, nas quais se discutiram homofobia e violência infanto-juvenil na escola”, denuncia Regina Célia Pinheiro, diretora da Secretaria de Política Educacional do Sinpro-DF.

As análises das denúncias que chegaram ao Sinpro-DF, levaram a diretoria colegiada a

perceber que os casos têm várias características em comum e que fazem parte de uma narrativa que envolve diretamente o Escola Sem Partido, o discurso da ideologia de gênero, o fascismo e a ideia de organização social ou familiar sustentada unicamente na autoridade paterna, ou seja, no patriarcado.

Na avaliação das lideranças sindicais dos(as) professores(as), trata-se de um movimento reacionário e uma das formas de se combater a evolução dele é intervir na defesa dos(as) professores(as) ameaçados e divulgar os conteúdos teóricos acerca

das correntes de pensamento que sustentam esses movimentos fundamentalistas e suas consequências no mundo.

“Acreditamos que para entender os motivos dessas perseguições é preciso, antes de tudo, conhecer a diferença entre estudos de gênero e ideologia de gênero e que, esta última, está ligada ao ESP, ao fascismo e a outros movimentos fundamentalistas ligados ao neoliberalismo econômico”, afirma Vilmara Pereira do Carmo, coordenadora da Secretaria para Assuntos e Políticas para as Mulheres Educadoras do Sinpro-DF.

Conceitos dos estudos de gênero

"Diferentemente da "ideologia de gênero", os estudos de gênero constituem um campo de pesquisa multidisciplinar e interdisciplinar das ciências humanas que têm modificado relações e criado novos paradigmas e outros direitos humanos. Um exemplo de modificação conceitual é o que diferencia sexo de gênero e cria o conceito de identidade de gênero", explica Vilmara.



Defesa da família – Os estudos de gênero não buscam a destruição da família. E, sim, a reformulação do conceito de família natural (pai, mãe, filhos naturais biológicos) da posição social de modelo único, normal, hegemônico e heteronormativo. Consideram a existência de múltiplas famílias, até mesmo as adotivas, as homoafetivas, as monoparentais, as interraciais, a substituta, a de passagem, as intergeracionais.

Identidade humana – Uma parte dos pensadores da tradição judaico-cristã considera uma ameaça a categoria gênero permitir e ampliar o conceito de identidade humana, uma vez que estabelece uma distinção entre sexo e gênero. Nesse sentido, a categoria gênero é usada para explicar a diversidade sexual e, consequentemente, os motivos que levam sujeitos a reivindicarem a chamada identidade de gênero.



“IDEOLOGIA DE GÊNERO”: UM DISCURSO RELIGIOSO CONTRA OS DIREITOS HUMANOS

21

EDIÇÃO 5 - MARÇO DE 2018

A expressão “ideologia de gênero” apareceu, no Brasil, durante as discussões dos Planos Estaduais, Municipais, Distrital e Nacional de Educação. Numa cartilha apócrifa, sem identificação de autoria, distribuída em 2015, estava sistematizado um conteúdo sobre ideologia de gênero, que deturpava os conceitos de sexo e de gênero preconizados pelos estudos de gênero. O conteúdo da cartilha amedrontava e buscava convencer as pessoas a se posicionarem contra qualquer referência a gênero que aparecesse nos planos de educação, nas escolas, nas leis e na sociedade.

No Brasil, apesar das indicações da ONU, alguns setores das igrejas judaico-cristãs, por meio de seus parlamentares, modificaram o Plano Distrital de Educação (PDE) e intensificaram o discurso de ódio contra a população LGBTI e os movimentos feministas na sociedade, nas escolas públicas e em campanhas publicitárias nas redes sociais.

Jimena Furlani, doutora em Educação e professora da Universidade Estadual de Santa Catarina (Udesc), deparou-se com uma das cartilhas e decidiu confrontar o conteúdo delas com os estudos de gênero.

Descobriu que a expressão “ideologia de gênero” foi criada para combater os estudos de gênero, cujos preceitos, na época, haviam sido adotados pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela União Europeia (UE) para, dentre outros objetivos, assegurar novos direitos humanos no mundo e fortalecer os existentes.

Aparentemente, segundo ela, o ano de 1998 é a data em que o termo ideologia de gênero surgiu, oficialmente, na

igreja católica e nos movimentos nacional e internacional Pró-Vida e Pró-Família, numa conferência episcopal realizada no Peru, intitulada “Conferência Episcopal Peruana – A ideologia de gênero: seus perigos e alcances”. No Brasil, as cartilhas divulgavam, de forma propositadamente confusa, os novos conceitos preconizados pelos estudos de gênero.

“Essa narrativa se utiliza das concepções dos estudos de gênero, de acontecimentos históricos e das teorias do feminismo convenientemente escolhidas para se encaixarem numa própria lógica argumentativa e de interpretação, feita por aqueles que criaram essa ideologia e esse conceito, que são altamente questionáveis. E apresenta questões extremamente problemáticas. Por isso a necessidade de esclarecê-las”, diz a professora da Udesc.

Quem criou a expressão “ideologia de gênero” se diz contra essa ideologia e contra todas as mudanças positivas que ocorreram no mundo em virtude do conceito de gênero. Daí a decisão de intervir para esclarecer a diferença entre ideologia e estudos de gênero e suas vinculações com o fascismo, o Escola sem Partido e outros movimentos conservadores e fundamentalistas.

Em 2015, quando o Plano Distrital de Educação (PDE) tramitou na CLDF, parlamentares ligados ao ESP e a setores fundamentalistas alegaram haver “ideologia de gênero” no documento e retiraram todas as referências a gênero do original. Esse procedimento se sucedeu em Casas Legislativas de várias unidades da Federação.

Em todo o país, Projetos de Lei da Mordaza foram apresentados por parlamentares com o intuito de formar um arsenal de legislações infraconstitucionais repressor, ligado ao ESP, ao fascismo e contra a concepção de gênero para combater, num primeiro momento, as mudanças nos planos de educação. Posteriormente, o objetivo era estender censuras e perseguições ao magistério público e a outras relações sociais, políticas, religiosas, etc.



Jimena Furlani,
professora da Udesc

ESCOLA SEM PARTIDO: UM MOVIMENTO SISTÊMICO PARA REGULAÇÃO DA VIDA

A Marcha Mundial das Mulheres tem realizado levantamentos para subsidiar estudos e análises sobre o crescimento do fascismo no país. Constatou que o Programa Escola sem Partido (ESP) é um projeto parlamentar nos Poderes Legislativos dos estados.

A Marcha identifica o ESP como um movimento social sistêmico cujos adeptos estão eleitos nas Casas Legislativas das três esferas da União e no Congresso Nacional e atuam apresentando projetos de lei dos quais, vários foram arquivados, mas, outros, seguem em tramitação nos Poderes Legislativos.

“É um movimento sistêmico que elegeu como prioridade a regulação das pessoas por meio de projetos de lei com a incidência direta nas escolas e na educação pública. Tem envergadura nacional e é alinhado ao fascismo. Alguns intelectuais estão chamando isso de fascismo tropical: o fascismo tem origem na Itália, mas, adquire matrizes diferenciadas, dependendo do país em que ele encontra ressonância na sociedade”, explica Isabel Freitas, especialista em saúde coletiva, feminista e integrante da Marcha Mundial das Mulheres.

Na Itália, o fascismo ocorreu de uma forma; na Alemanha, de outra; e, no Brasil, ele se desenvolve com a falsa defesa da democracia, de ideias e de tradições. “Quais são as tradições e as ideias dominantes neste país? A tradição fundante do Brasil é o escravismo. A economia, a história, tudo é desenvolvido à custa da exploração dos negros e negras, dos(as) indígenas, das mulheres etc. A tradição tem base na espoliação da natureza e da força de trabalho. A história de ocupação deste país é a do

patriarcado e a de sublimação das populações indígenas. É com esse escopo que o fascismo se instala desde os primórdios no Brasil”, esclarece.

PATRIARCADO

Isabel diz que o patriarcado é um sistema milenar de força e de ideias que não têm apenas 500 anos. Ele é anterior ao Brasil e, até

Para Isabel, o patriarcado é imposto quando o fascismo brasileiro, representado por grupos que defendem a tradição, os valores e uma moral da família e da sociedade (que eles não esclarecem o que é). “São os mesmos grupos que estão alinhados com o livre mercado, a privatização, a cura gay, a pena de morte, e, na maioria, são militantes e simpati-



Isabel Freitas: “Os adeptos do ESP e do fascismo se autodeclaram contra os estudos de gênero”

mesmo, ao capitalismo e às relações de classes da sociedade. Pesquisadores dizem que o patriarcado ensinou o modelo de extração capitalista e escravista, que impõe sua dominação por meio do medo. As dominações patriarcais ocorrem mediante o medo que os homens impõem às mulheres; os donos dos meios de produção impõem aos trabalhadores; o senhor de escravos impõe aos escravos.

zantes das ditaduras militares, do extermínio da população negra e da violência contra as mulheres”.

A feminista observa que uma das principais características dos adeptos do ESP e do fascismo se autodeclaram contra os estudos de gênero. Ela explica que “o fascismo é uma máscara ideológica com a qual se tenta diluir o debate real, a consciência crítica, em cima de um falso

debate, de uma falsa moral, de uma doutrinação, e sempre acusando os grupos progressistas de quererem exercer o domínio, que têm a verdade absoluta, que sabem o que é bom para a população. É assim que agem. No caso brasileiro, contam com a repercussão da mídia, que forma opinião e consciência”.

Ela diz que o fascismo é irmão gêmeo do ESP e ambos dizem que a concepção de escola pública,

Nos documentos dos grupos fascistas e do ESP, a família é uma estrutura nuclear composta por pai, mãe e filho, numa sociedade, como a brasileira, que tem uma diversidade enorme de composição familiar e é um país em que 40% das famílias são chefiadas por mulheres.

“Essa família nuclear que eles defendem não existe mais. Essa família nuclear abriga também as violências contra as meninas e contra as mulheres: os dados estão aí para provar. Os estudos do próprio governo indicam que mais de 60% dos registros de abuso contra a criança e o adolescente acontecem nesse núcleo dessa moral que esse bloco alinhado com o ESP-fascismo-ideologia de gênero, ou seja, alinhado a esse novo fascismo, defende”, alerta.

FASCISMO TROPICAL

Outro problema do ESP e do fascismo no Brasil é que a maioria dos deputados federais, distritais, estaduais e vereadores que apresentou projetos de lei sobre o tema é membro de bancadas conservadoras pertencentes a grupos religiosos autoritários.

“Observe que os 19 projetos de lei aprovados ou que o Ministério Público arguiu inconstitucionalidade, tanto municipal e estadual como nacionalmente, foram apresentados por 11 autoridades legislativas. E, desses 19 projetos de lei, 11 são de autoria de militantes, pastores ou militantes orgânicos de igrejas conservadoras neopentecostais. Não é uma exclusividade deles. Todas as igrejas conservadoras estão envolvidas nesse projeto fascista de sociedade”, afirma Isabel.

Ela diz que o maior expoente deles está preso e é autor de projetos violadores da autonomia das mulheres. “É Eduardo Cunha (PMDB-RJ). Autor de projetos violado-

res e criminalizadores da autonomia e da liberdade das mulheres. Escondeu-se atrás da fachada de moralista, ordenador da família, defensor da moral, toda a falcatrua e a capacidade de articular a corrupção em larga escala no país. Serviu a grupos que bancaram o *impeachment* da ex-presidenta Dilma e, depois que coordenou o *impeachment*, foi descartado”.

Ela afirma que “ele é uma autoridade corrupta, que escreveu projetos de defesa da moral e dos bons costumes que criminalizam as mulheres que fazem aborto e defendem o princípio da vida do feto em detrimento da vida das mulheres adultas, mães, trabalhadoras”. E completa: “Como Cunha, há mais de 80 deputados, só na Câmara dos Deputados, que usam essa fachada da moral e da tradição para fazerem grandes negociatas com as riquezas e o patrimônio público do Brasil e defenderem grupos econômicos nacionais e internacionais”.

O fascismo tropical, como alguns intelectuais brasileiros dizem, tem isso em comum com o ESP, a ideologia de gênero e o fascismo: uma aliança em defesa dessa moral e da negação completa de uma visão crítica da sociedade brasileira, de como essa sociedade se fundou, como é que se dá a divisão de classes, de como as brasileiras são as que mais sofrem violência e os motivos de o feminicídio ser assustador entre as mulheres e de a menina negra ter duas chances a mais de ser assassinada do que uma menina branca.

Diante dessa situação, a diretoria colegiada do Sinpro-DF acredita que é tarefa de todos e todas, e, sobretudo, da educação pública, trabalhar na contramão desse pensamento fundamentalista para construir uma sociedade mais justa e igualitária.

gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada é local de doutrinação e considera como inimigo a lei que institui o ensino da história afro-brasileira e da África. Classifica como seu principal inimigo as disciplinas que discutem as questões de gênero e a diversidade. Ao eleger essas como suas inimigas, definem que isso faz mal à sociedade, desestrutura as famílias e que é preciso ser combatido.



UMA MISTURA PERIGOSA QUE TOMA CONTA DAS ESCOLAS E DO BRASIL

A filósofa Marilena Chauí, professora da Universidade de São Paulo (USP), também tem denunciado, constantemente na mídia, que essa concepção de mundo atua diariamente, numa “operação cotidiana, minuciosa, feita no campo ideológico de convencimento da teologia da prosperidade, da ideologia do empreendedorismo e, em particular, da concepção neoliberal do individualismo como competição bem-sucedida”. Ela afirma que a sociedade brasileira está flertan-

do justamente com essa visão de mundo e “está prontinha, acabadinha para o universo fascista”.

Para Élbis Pires de Almeida, coordenadora da Secretaria para Assuntos de Raça e Sexualidade do Sinpro-DF, o Escola sem Partido (ESP) é a materialização do fascismo nas relações interpessoais e profissionais nas escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal. “O ESP e o fascismo têm relações muito próximas, interligadas. Ambos desejam controlar o exercício do magistério, reprimindo a cons-

trução de uma escola laica e plural que respeite a diversidade de ideias, e buscam romper com a democracia e os direitos fundamentais dos seres humanos”, denuncia.

Élbis diz que o ESP é um projeto de sociedade pautado na heteronormatividade, no eurocentrismo, no fundamentalismo cristão, e se revela negando a diversidade, as várias relações e orientações sexuais e identidade de gênero, tentando impor um modelo de educação intolerante e fechado para todas as pessoas e para tudo o que divergir do eurocentrismo e da heteronormatividade.

“Esse grupo que defende esse modelo de educação se organizou e se estruturou de forma muito planejada e hoje se manifesta, principalmente nos Poderes Legislativos, tanto na Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), como no Congresso Nacional, por meio dos parlamentares das denominadas bancadas evangélicas e católicas neopentecostais e ultraconservadores, que buscam e reforçam a ideia de que tudo o que divergir, que for diferente, que não estiver de acordo com a heteronormatividade está errado. Não respeita a diversidade, a essência humana como ela se manifesta em cada uma de nós”, declara.

A diretora acredita que o ESP se manifesta propositalmente para impor um modelo de educação que descarta e desvaloriza a formação crítica dos educandos e das educandas, reforçando o machismo e toda a sua carga de preconceitos. Além de tentar aprovar regras para o exercício do magistério que impedem os professores e as professoras de fazerem essa discussão de forma mais clara, objetiva e dentro do espaço educacional.



Élbis: “O Escola sem Partido e o fascismo são interligados”



“Afeta as pessoas LBT de forma diversa e perversa. Primeiro, porque reforça a cultura heteronormativa como a correta e a normal. Segundo, porque tenta impedir políticas de combate à lesbofobia e à transfobia. Terceiro, porque culpabiliza as vítimas da discriminação e dos crimes dos quais os(as) LGBTI são vítimas. O quarto elemento que podemos apontar é que tenta retirar da educação a capacidade do diálogo para construção de uma sociedade com mais equidade social. O quinto ponto é o que nega o direito

dos seres humanos de serem e de viverem suas orientações e identidades”, afirma.

O fato é que o ESP impacta de forma negativa e cruel nas mulheres LBT porque nega a elas o direito de viverem plenamente suas orientações e identidades. Na avaliação da diretoria colegiada do Sinpro-DF, reforça a ideia de que essas precisam se manter à margem do processo educacional se negando; silencia e invisibiliza suas existências.

Janaína Almeida, pedagoga e historiadora, exerce, há 8 anos, o cargo de diretora da Escola Clas-

se 05 (EC 05), do Guará. Com 22 anos de magistério na Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), ela diz que nunca havia visto com tanta desfaçatez a atuação do fascismo na escola e em outros ambientes, como nas perseguições a religiões de matriz africana.

Atualmente, ela dirige uma entidade denominada Força Afro-Brasil - uma associação educativa e cultural que apoia pessoas que praticam religião de matriz africana. “Temos uma atuação muito importante de resistência e, paralelamente a isso, realizamos um trabalho alternativo com a cultura LGBTI, com eventos culturais a fim de promover a visibilidade de artistas que pela estrutura da sociedade jamais teriam visibilidade. São rappers transsexuais, poetisas lésbicas e por aí vai”.

Ela conta que a atuação não se limita a apenas estar com esse pessoal em algumas manifestações. “Promovemos saraus e temos uma agenda de atividades durante todo o ano. A gente fecha uma agenda por mês. Os grandes centros culturais estão no centro de Brasília, mas temos uma atuação na periferia, Ceilândia, São Sebastião e outras que recebem esses artistas, como a Casa Ipê e a Casa Frida. É um trabalho muito bacana”.

Para Janaína, essa atuação é gratificante porque estabelece um diálogo diretamente com as mulheres, as transgêneros, as bissexuais, os travestis. “E a gente abraça toda essa diversidade. São pessoas negligenciadas e esquecidas. As poetisas lésbicas, por exemplo, que fazem poemas com essa temática, são invisibilizadas e vetadas. E para romper com isso, trabalham com uma editora, a Padê Editorial. Assim, vão fortalecendo a resistência”.

NARRATIVA FORMULADA PARA FREAR MUDANÇAS SOCIAIS E POLÍTICAS NO MUNDO

Jimena Furlani afirma que a ideologia de gênero é uma narrativa que surgiu para frear, interromper, e, se possível, retroceder todas as mudanças sociais e políticas no mundo decorrentes do uso do conceito de gênero, em especial, nos campos da política, da educação, da saúde, das leis e dos direitos humanos.

“No entendimento dos setores fundamentalistas, há um complô internacional, articulado por grandes organizações e paí-

ses com tendências de esquerda e ligadas ao marxismo, que querem instituir políticas anti-vida no planeta”, explica. As campanhas contra os estudos de gênero se intensificaram quando a ONU, a UE e os países com vieses políticos mais à esquerda adotaram os novos conceitos dos estudos de gênero.

“Para parte das igrejas e adeptos da ideologia judaico-cristã, a ONU e a UE têm políticas que favorecem os movimen-

tos e as militâncias feministas radicais e marxistas e também o movimento homossexual. Outro aspecto dessa narrativa é a insistência em associar os estudos de gênero à destruição da família. Para esses grupos fundamentalistas, a família é considerada natural com base na ideia de complementariedade entre homem e mulher, ou seja, apenas a família constituída por um homem, uma mulher e seus filhos consanguíneos”, afirma.

Breve histórico da ideologia

1994

ONU realiza a III Conferência Mundial sobre População e Desenvolvimento, no Cairo. Documento preparatório trouxe novos conceitos ligados aos estudos de gênero sobre a referência à família, à vida nascente e aos direitos reprodutivos.

1995

ONU realiza a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, em Pequim. O tema central “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”. A Plataforma de Ação de Pequim afirma os direitos das mulheres como direitos humanos e comprometidos com ações específicas para garantir o respeito a esses direitos.

1997

A norte-americana Dale O’Leary, delegada do Movimento Pró-Vida e Pró-Família nas conferências da ONU, publicou documento intitulado “A agenda de gênero – redefinindo a igualdade” com críticas à IV Conferência Mundial sobre a Mulher.

2010

Publicado o livro “Ideologia de gênero - o gênero como ferramenta de poder”, do advogado argentino Jorge Scala. No Brasil, a obra adquiriu o título “Ideologia de gênero - o neototalitarismo e a morte da família”, em que apresenta elementos dos estudos de gênero de forma articulada para se embasar teoricamente para derrotar os estudos de gênero.

O BRASIL FOI FUNDADO EM ALICERCES FASCISTAS

Dhara Cristiane de Souza Rodrigues, professora da rede pública de ensino, compartilha da opinião da diretoria do Sinpro-DF, e destaca a necessidade de entender que movimentos, como o ESP, ideologia de gênero e fascismo, não são novidade. Não é de agora, e sim de lá de trás: do tempo do Descobrimento do Brasil.

Ela explica que o Brasil foi fundado em alicerces fascistas. “A base cultural, social e histórica brasileira está dentro do escravagismo, do capitalismo, do colonialismo, do machismo e do patriarcado”, afirma. Para Dhara, o fascismo está impregnado nas decisões e presente nas instituições brasileiras desde sempre, como, por exemplo, no Poder Judiciário.

Olga Freitas, professora da rede pública de ensino, diz que o tema do ESP é recorrente nas escolas. “Não necessariamente adotando o termo fascismo, mas pegando as suas nuances dentro da escola e tentando trazer isso à tona, em debates, reuniões pedagógicas. Fiquei pensando muito sobre isso: o fascismo e a escola. As interfaces da educação escolar com o fascismo e que da mesma forma que o machismo, é naturalizado no seio da sociedade, a gente não percebe algumas características da educação escolar como perpetuadora do fascismo”.

“Da mesma forma que o machismo é naturalizado na sociedade, a gente não percebe algumas características da educação escolar como perpetuadoras do fascismo”

Olga Freitas



Dhara: “Nossa base cultural é escravagista e do patriarcado”



EDUCAR É TRANSFORMAR VIDAS E MUDAR A SOCIEDADE

Projetos desenvolvidos em escolas públicas do DF exaltam a luta contra a violência e enaltecem o empoderamento feminino e o combate ao machismo. Mulheres Inspiradoras é um desses exemplos

Por André Barreto e
Luis Ricardo Machado

A educação tem o poder de mudar uma geração, converter um território em Nação e transformar vidas. A partir dessa premissa, diversas escolas do Distrito Federal (DF) têm criado projetos que abordam várias formas de dizer não a qualquer tipo de violência contra a mulher.

Entre os tópicos trabalhados, destacam-se as relações de gênero na escola, a erotização precoce, a supersensualização das meninas, a exposição nas redes sociais e o quadro de violência de gênero. Essa é uma das principais preo-

cupações do Projeto Mulheres Inspiradoras, que, há 3 anos, tem introduzido e fortalecido o empoderamento feminino e o combate ao machismo nas escolas da rede pública do Distrito Federal.

Criado em 2014 por Gina Vieira Ponte, professora da Secretaria de Estado da Educação do DF (SEE-DF), e executado, pela primeira vez, no Centro de Ensino Fundamental 12 (CEF 12), de Ceilândia, o projeto está fundado sobre quatro pilares: o protagonismo estudantil, o fomento à leitura, o incentivo à escrita e para uma atuação voltada à educação e aos direitos humanos.

“Em todos os pilares, o projeto se coloca como um portal de debate para estudantes e de uma

orientação para a prática pedagógica docente. Depois do CEF 12, ele foi implantado em mais 17 escolas da rede pública. Este ano ele será implantado em mais 15 escolas, o que é muito bom”, comemora Gina Vieira.

PROJETO

O Projeto Mulheres Inspiradoras surgiu como ferramenta pedagógica para vencer vários desafios que, diariamente, colocavam à prova a execução do magistério na rede pública de ensino e com os quais Gina Vieira vinha se confrontando em sala de aula. E surgiu também como resposta à sua busca de professora por mais satisfação no ato de lecionar.

“Defini o tema do projeto a partir da observação de que os principais meios de aquisição do capital cultural estudantil são a televisão e a internet. Ao observar como se comportavam nas redes sociais, notei que a maioria reproduzia, em suas postagens, e nos conteúdos que acessavam, o modelo feminino celebrado nas grandes mídias, na qual a mulher é medida pelo quanto é sexualmente desejável e pelo quanto se aproxima de determinado padrão de beleza”, observa.

Gina percebeu que a mulher passava a ser vista como um ser desprovido de subjetividade e, portanto, passível de toda sorte de desrespeito aos seus direitos. “Notei também uma alta incidência de



CEM 01 do Riacho Fundo: Valorização das Vivências das(os) Estudantes



Debate com Cristiane Sobral, escritora e poetisa, Centro Educacional (CED) 07, de Taguatinga

comportamentos ligados à cyber-vingança, ao cyberbullying e ao esparro, que é a prática de disseminar imagens íntimas, com teor sexual, com o objetivo claro de constranger, humilhar e difamar mulheres”, explica a professora.

A partir dessa constatação, ela sistematizou o projeto com o objetivo de colocar os(as) estudantes em contato com a história de grandes mulheres que fizeram valiosas contribuições ao Brasil e ao mundo por suas atuações expressivas em diferentes áreas. A proposta era oferecer a essa juventude escolar as condições iniciais para ressignificarem a percepção que tinham da mulher na sociedade.

Diante desse desafio e da possibilidade de modificar um contexto social é que o projeto se coloca:

como uma importante plataforma de transformação social e de formação de cidadania dentro da escola. Em vez da prevalência de uma lógica de realização de eventos, o Mulheres Inspiradoras muda essa lógica e se oferece como prática nas salas de aula.

A professora Gina afirma que, na primeira vez que colocou o Mulheres Inspiradoras em curso, no CEF 12, de Ceilândia, os(as) estudantes não precisavam realizar eventos fora da sala de aula. “Líamos, por exemplo, obras literárias, como o “Diário de Anne Frank” e “Eu Sou Malala”. Com isso trabalhávamos o currículo de língua portuguesa, a leitura e a compreensão de texto, bem como o conteúdo de história do 9º Ano, que propõe o estudo da

II Guerra Mundial – cenário do livro de Anne Frank”, explica.

Esse é um mecanismo pedagógico e uma forma de estudar história considerados interessantes porque traz a história do mundo a partir de uma obra literária, de um relato real de uma menina que viveu sua infância e adolescência no período da II Segunda Guerra Mundial, escondida em subterrâneos para não ser morta pelas perseguições antissemitas e, posteriormente, conduzida com a irmã ao campo de concentração Bergen-Belsen, onde faleceram.

“Além da história, trabalhamos também a luta da mulher. A partir dos questionamentos da Anne, falamos sobre o papel da mulher na sociedade, porque a própria Anne fez essas provocações”, esclarece Gina.

MULHERES INSPIRADORAS: A PEDAGOGIA DO EMPODERAMENTO PELA LITERATURA

Uma das escolas que implantaram o Mulheres Inspiradoras foi o Centro Educacional nº 07 (CED 07), de Taguatinga, que, no ano passado, produziu *e-books* (livros eletrônicos) com relatos de estudantes do 3º Ano do Ensino Médio. Com o livro, o projeto se transformou em um diário de bordo com histórias da turma. O projeto foi apresentado, oficialmente, a docentes e à direção do CED 07 de Taguatinga pelas

professoras Ana Cláudia Souza Dias e Bruna Paiva de Lucena, na coordenação coletiva do dia 2 de agosto de 2017.

A temática referente às mulheres foi abordada de diversas maneiras, como, por exemplo, no romance “São Bernardo”, de Graciliano Ramos, com a personagem Madalena, que se casa por convenção e conveniência social e entra em um relacionamento abusivo; no romance “Ca-

pitães da Areia”, de Jorge Amado, em que há uma idealização da mulher na figura da personagem Dora e uma certa culpabilização da falta da mãe para o destino das crianças (como se o pai deles não tivesse responsabilidades sobre a criação dos filhos).

O mesmo foi analisado, durante a execução do Mulheres Inspiradoras, no romance “Menino de engenho”, de José Lins do Rego, em que a tia Maria se casa,



Estudantes e orientadora (Sônia, ao centro) do CEF 01 do Gama: Interpretando Mulheres Inspiradoras

a despeito da falta de desejo, da Dona Clarisse, que é assassinada pelo pai do protagonista e é considerado “doido” e não criminoso; e as mulheres negras são objetificadas em todo o romance.

Também analisam o romance “O Quinze”, de Rachel de Queiroz, com a personagem de Conceição, que, contrariando o dispositivo amoroso, não se rende ao “amor” de Vicente e resolve adotar um filho sozinha; ou ainda na observação do importante papel de Cordulina, como dona de casa, mas com papel decisivo na vida familiar. E fazem comparações com situações como a da personagem Sinhá Vitória, em Vidas Secas, romance de Graciliano Ramos, que representa, nessa personagem, a figura da esperança e do sonho.

O Projeto Mulheres Inspiradoras tem modificado o ambiente a seu redor e sua influência é nítida nas escolas da rede pública de ensino do DF. Além dos prêmios nacionais e internacionais que recebeu desde que foi implantado, em 2014, o projeto foi tema da Prova Multidisciplinar do terceiro bimes-

tre e, quase, todas as professoras e professores trabalharam alguma temática tangente a ele. Estudantes realizaram a redação para escrever sobre sua mulher inspiradora.

“É interessante acrescentar que, depois da aplicação do Projeto Mulheres Inspiradoras, há uma tendência natural das meninas e meninos estudantes de buscarem a perspectiva feminina em qualquer leitura que se faça. Quando estudamos a poesia de Carlos Drummond de Andrade, por exemplo, perceberam a ausência da temática referente às mulheres. Em Vinícius de Moraes, perceberam o retorno da figura feminina idealizada como fonte de inspiração”, afirma Ana Claudia, professora do CED 07.

A professora Luana Viana, do Centro de Ensino Médio do Riacho Fundo I, compartilha dessa opinião. Ela explica que, ao adotar o projeto, as aulas do primeiro semestre foram enriquecidas com debates, vídeos, leitura de textos teóricos relacionados às autoras trabalhadas, pesquisas, entre outras ações pedagógicas e educacionais. “Acredito que a cereja do

bolo sejam as vivências de nossas e nossos estudantes, as quais são milhares e prazerosas, pois é bom falar do que temos vivência”.

Luana conta que foi possível vivenciar as(os) estudantes que usam da sensualidade nas redes sociais e até mesmo dentro da escola. “Vimos situações de machismo por parte de meninos que maltratam suas colegas de sala a ponto de humilhá-las com frases depreciativas; estudantes que não aceitam sua aparência em razão do tipo de cabelo ou do corpo, que não estão nos padrões ditos “perfeitos” pela mídia, enfim, essa era nossa realidade na escola que, ao longo das aulas e das parcerias com demais professoras e professores, foi sendo transformada”.

Ela acredita que a chave que possibilitou essa abertura e mudança vem do empoderamento que o projeto interioriza, naturalmente, nos e nas estudantes. Há uma transformação significativa tanto nos corpos discente e docente e no curso de formação como em toda a escola. “É aquela luz no fim do túnel. Com atitudes sim-

ples, respeito às opiniões, troca de experiências, certeza de que nada é perfeito e que as pedras do caminho podem ser transformadas em estrada e a convicção de que, enquanto professora e professor, não podemos mudar tudo ao nosso redor, mas podemos fazer a diferença todos os dias na vida das e dos estudantes. Posso afirmar que vidas mudaram naquela escola”, assegura Luana.

No Centro de Ensino Fundamental nº 01 (CEF 01), do Gama, as coisas não foram diferentes. A orientadora educacional Sônia Tavares conta que, em 2016, solicitaram a ela a preparação de uma atividade para ser apresentada no Sarau – cujo objetivo era de prevenção contra a violência à mulher. “Então comentei com as estudantes do 8º e 9º Anos que faria um “Desfile de Mulheres Inspiradoras”, o que atraiu dezenas de candidatas”.

O problema é que, ao explicar como seria esse desfile, que não

seria como um desfile de moda e que se uma atividade pedagógica em que as estudantes deveriam pesquisar a biografia dessas mulheres por meio de textos e vídeos; escrever um resumo dos aspectos e acontecimentos mais relevantes de suas vidas; memorizar o texto; caracterizar-se semelhantemente à personagem escolhida e apresentá-la para toda a comunidade escolar no dia da culminância; muitas garotas se dispersaram

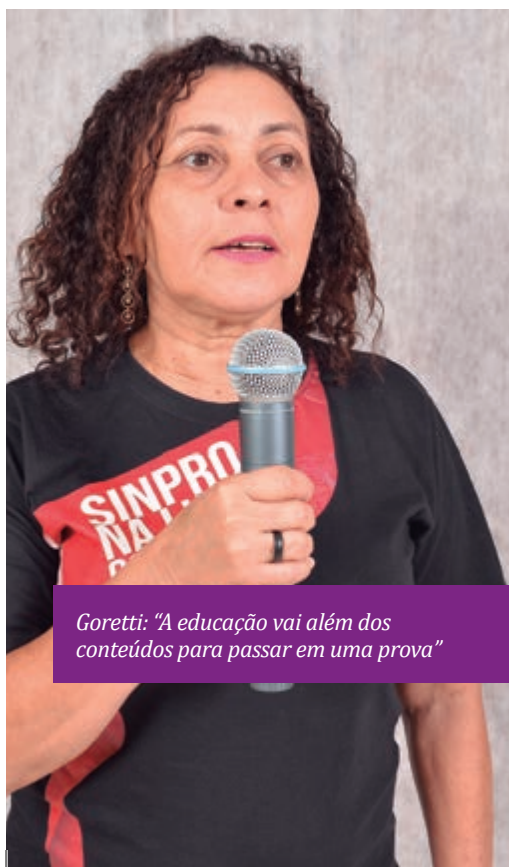
“A princípio fiz uma breve exposição da trajetória de vida da Bertha Lutz, Marta (futebolista), Francisca (supervisora), Clarice Lispector, Maria da Penha Fernandes, Tarsila do Amaral, Lélia Gonzalez entre outras. As estudantes sugeriram os nomes da atriz Taís Araújo e da cantora Pytti. Acatei de imediato por identificar essas artistas, como porta-vozes de luta pela igualdade de gênero”, conta.

Para materializar o evento, ela diz que solicitaram a parceria da atriz Júlia Grazielle, que aten-

deu prontamente ao pedido e ensinou como andar, falar, olhar e ocupar o espaço cenográfico. “No dia da apresentação, todas, até mesmo eu, que interpretei Lélia Gonzalez, estávamos devidamente maquiadas e caracterizadas conforme nossas personagens. Fomos a última atração, e, ao entrarmos, notei certa surpresa porque esperavam um “desfile de moda”, mas apresentamos as mulheres inspiradoras, narrando a biografia de forma segura, acessível, poética e bem-humorada. Fomos ovacionadas e essa experiência exitosa marcou nossas vidas positivamente”.

Sônia Tavares acredita que os temas abordados pelo projeto, conectados à realidade vivenciada por estudantes, contribuem para a desconstrução de posturas e práticas que potencializam a violência, sobretudo contra as mulheres, e essa cultura do estupro que se apresenta subliminar na sociedade e na comunidade escolar.

PROJETO INSPIRA MUDANÇAS COMPORTAMENTAIS



Goretti: “A educação vai além dos conteúdos para passar em uma prova”

A partir dos relatos de professoras(as) e estudantes, Gina Vieira considera possível constatar a mudança da mentalidade de estudantes. “Mostraram que a educação vai além dos conteúdos para passar em uma prova. Educação é humanizar, é saber o meu lugar no mundo e me indignar perante o sofrimento das outras pessoas. Isso é educação”, afirma.

Goretti Cunha, diretora da Secretaria para Assuntos e Políticas para as Mulheres Educadoras do Sinpro-DF, destaca que ao longo da história do mundo as mulheres foram, e continuam sendo, invisibilizadas, numa sociedade misógina. “Consequentemente, as estudantes e os estudantes vivem sob o reflexo dessa cultura que desvaloriza as

mulheres. Por isso, o Projeto Mulheres Inspiradoras, de Gina Pontes, é de suma importância para que as mulheres e homens reconheçam a importância das mulheres em toda a história”, analisa.

E complementa: “Diante de tantos retrocessos e perdas que tivemos, em 2017, o projeto Mulheres Inspiradoras trouxe e continua sendo uma oportunidade de trazer uma grande perspectiva de mudança de comportamento na nossa cultura sexista e abre um leque de uma nova forma de se ver a mulher. A expectativa é que neste ano de 2018 o projeto continue, que as professoras que participaram do curso o reproduzam nas suas escolas e estimulem mais pessoas a participarem”, afirma a dirigente.

A LUTA POR CRECHE PÚBLICA NÃO PARA NUNCA

Por Eliceuda França*

A luta por creche pública lembra as primeiras bandeiras de luta pela quais as mulheres se organizaram neste país. Com o êxodo rural, nos anos 1970, e o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, a demanda por creche se tornou um dos grandes motes do movimento feminista pela defesa da autonomia das mulheres.

A segunda consideração é que mais de três décadas após essa reivindicação, a Secretaria para Assuntos e Políticas para as Mulheres Educadoras do Sinpro-DF consagrou a luta em defesa da creche pública, em consonância com a CUT e a CNTE, por meio de muitas campanhas realizadas pelo direito da criança à creche pública e em defesa da autonomia da mulher trabalhadora.

Um terceiro passo importante foi a construção do Plano Distrital de Educação (PDE) – 2015-2024 –, que, hoje, apresenta, em sua Meta 01, o compromisso de ampliação do acesso às creches públicas nesse período. Temos de enfatizar que a creche pública é um imprescindível instrumento de combate à violência contra as crianças, principalmente, àquelas em situação de maior vulnerabilidade social.

Como a demanda não é suprida, as trabalhadoras deixam suas crianças em locais que não oferecem segurança e controle social, como a creche pública oferece. Diante da conjuntura tão

dura, decidi falar sobre a minha inspiração para a luta. Se hoje sou professora e sindicalista, é porque minha inspiração vem de minha mãe, Maria Vitória (em memória).

Era uma artesã e mãe crecheira que escreveu uma história de ousadia, a qual inicia no Nordeste e prossegue na capital federal. No DF, uniu-se a outras famílias, buscou melhorias nas condições do espaço em que viviam. No início dos anos 1980, cederam suas casas para atender ao público infantil.

Fundaram a Associação das Mães Crecheiras de Ceilândia, que tinha minha mãe como presidenta. Elas tinham uma certeza: era preciso cobrar do governo outra forma de atendimento porque, em casa, não atendiam às necessidades das crianças por educação. E, nessa luta, surgiram as creches comunitárias, filantrópicas, conveniadas.

Apesar da luta, constatamos que, ainda hoje, o atendimento às crianças é insuficiente. Em muitos lugares do DF, trabalhadoras procuram creches públicas para suas crianças e a resposta acerca da disponibilidade de vagas é negativa.

Sou contra o modelo apresentado pelo atual governo do Distrito Federal. Creche construída com recursos públicos é para ser administrada com gestão pública, ao contrário do que se vê hoje. Avancamos nessa luta e não aceitamos retrocessos.

Continuaremos nessa tarefa para que nenhuma criança tenha seu direito à creche negado e para que as mulheres possam ter a autonomia financeira. Para isso, sigamos juntas, na luta, em respeito à história de tantas Vitórias, Marias, Franciscas, Helenas, Margaridas, Dandaras.

De mães para filhas, de avós para netas, a luta segue!



* Professora aposentada da rede pública de ensino e diretora da Secretaria de Assuntos Culturais do Sinpro-DF

ASSÉDIO SEXUAL BATE À PORTA DAS ESCOLAS PÚBLICAS DO DF

Casos denunciados, em 2017, ensejaram reflexões sobre as relações sociais nas unidades escolares e a necessidade de campanhas esclarecedoras para prevenir e evitar novas violências

Por André Barreto

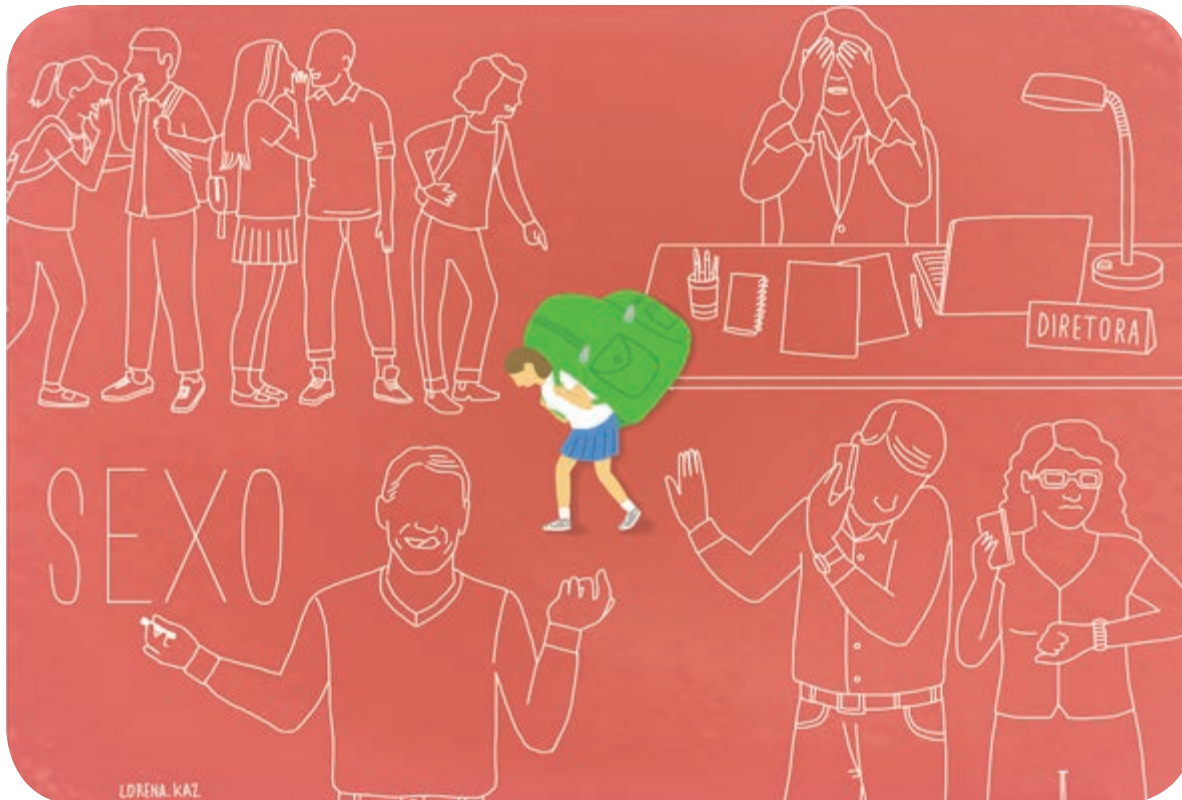
As denúncias de assédio sexual em escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal escandalizaram o DF em 2017. Uma delas foi feita pela Marcha Mundial das Mulheres ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), que o levou a apurar um caso de assédio sexual envolvendo 30 meninas de uma escola pública, com idades entre 15 e 17 anos. Segundo a denúncia, 15 professores eram os assediadores.

A população ficou indignada ao descobrir que eram casos recorrentes com as estudantes do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA). A Classificação Internacional das Doenças identifica como abuso sexual, a ação do agressor que utiliza seu desenvolvimento psicossocial mais adiantado do que o da criança ou adolescente para obter satisfação sexual, o qual pode ser feito por meio da violência física e ameaças ou por simples indução da sua vontade.

Para entender como acontece o assédio sexual e moral na relação

professor-aluna é preciso considerar algumas aspectos: o professor tem o desenvolvimento psicossocial mais avançado, detém um poder sobre a vida acadêmica da aluna e, por causa dessa concepção, sua posição é superior.

O patriarcado legitima o controle dos homens sobre os corpos das mulheres. Esse último elemento aparece de uma forma mais invisível, no entanto, não deixa de ser menos importante na contextualização e identificação de uma situação de abuso sexual e para se entender o assédio verticalizado.



JOVENS ASSEDIADAS

O caso das 30 jovens foi revelado por uma nota à imprensa, na qual se afirmava que uma assistente social ouviu as estudantes, em setembro de 2017, e que elas haviam sido pressionadas a desistirem da denúncia.

O MPDFT confirmou que a Promotoria de Justiça de Defesa da Educação (Proeduc) apura o caso. Em nota, a Secretaria de Estado da Educação do DF (SEE-

DF) instaurou procedimento administrativo para apuração.

Ainda em 2017, outra denúncia de assédio sexual indignou uma professora de Sobradinho. Ela contou um possível caso – em investigação pela Polícia Civil – de um professor sobre uma estudante da EJA, à época, menor de idade.

“Mesmo com vários indícios que apontam o professor como autor do assédio, ninguém se preocupou em ver o lado da estudante, e,

sim, só com a imagem da escola”, observa a professora. Ela se diz triste por ver a atitude dos colegas. Para a professora, tudo foi feito para encerrar o caso rapidamente em favor da escola, jogando a culpa do assédio na estudante. “Esse momento não foi aproveitado pela escola para debater amplamente o problema, para transformar a realidade e mudar a consciência das pessoas acerca do que é certo e do que é errado”, enfatizou.

COMBATE SE FAZ COM ESCLARECIMENTO DOS DIREITOS E COMPROMISSO DA ESCOLA

O crime de assédio sexual é muito falado, mas pouco conhecido. A tipicidade dele está no *caput* do artigo 216-A do Código Penal, cujo enunciado diz que é crime e prevê pena de detenção de 1 a 2 anos se o criminoso “constranger alguém para obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função”.

Delzair Amâncio da Silva, diretora da Secretaria de Assuntos dos Aposentados do Sinpro-DF, acredita que para combatê-lo é preciso esclarecer o que é o crime e

divulgar os direitos relacionados. “As estudantes precisam saber de seus direitos, que o assédio traz danos psicológicos e que se trata de um crime e uma ofensa puníveis e não algo natural”, afirma.

Ela diz que esclarecer às vítimas de seus direitos é uma responsabilidade de todos(as) que, nas escolas, tenham contato direto com estudantes, desde o(a) funcionário(a) que atua na portaria até a direção. Para Delzair, todos(as) devem estar preparados(as) para identificar os sinais dessa violência.

“Devem fazer abordagens pedagógicas; denunciar às instituições competentes; encorajar e

preparar as vítimas para denunciar. São necessárias ações preventivas, garantidas no Projeto Político Pedagógico (PPP) e nos espaços de formação de professores(as). É importante estabelecer uma comunicação eficiente com os Conselhos Tutelares, como preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e participar de formulação de políticas públicas de proteção às crianças e aos adolescentes”, afirma a diretora.

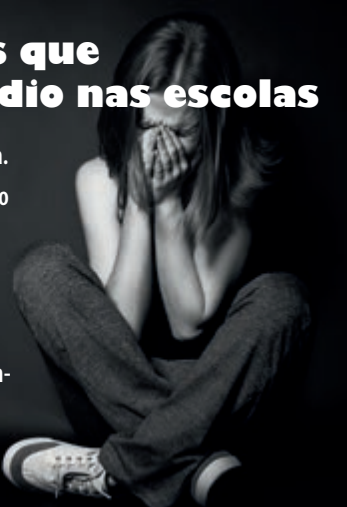
Gilza Camilo, diretora da Secretaria para Assuntos de Saúde do Trabalhador, diz que, “ao presenciar o assédio, alguns colegas não reagem em favor da vítima. É como se algo normal acontecesse”.

Ela defende a ação de algumas escolas que, diferentemente do que se vê, busca ter um papel preponderante na prevenção desse tipo de crime e também na identificação e notificação dos casos de violência sexual que venham a ocorrer.

“A prevenção primária é a maneira mais eficaz e abrangente para se evitar a violência contra estudantes. Pela prevenção primária se atua para mudar condutas e formar novas culturas, sensibilizando e mobilizando as estudantes”, assegura a diretora.

Exemplos de ações que caracterizam assédio nas escolas

- Mexer no cabelo da estudante durante a aula.
- Fazer elogios que fogem do campo acadêmico às estudantes.
- Trocar notas por favores sexuais – um toque na genitália ou até o próprio ato sexual.
- Trocar explicação didática por carícias.
- Tocar em qualquer parte do corpo da estudante com segundas intenções.
- Falar sobre a vida íntima das estudantes perante os colegas estudantes.





Maria Cristina afirma que, na ausência do Estado, professores(as) e orientadores(as) devem promover os esclarecimentos

Muito se questiona se o assunto é discutido em sala de aula e a resposta, invariavelmente, é não. O Ministério da Educação (MEC) não tem uma diretriz para que todas as escolas do Brasil tratem o tema da mesma forma. O Conselho Nacional de Educação (CNE), que elabora a regulamentação da Educação Básica na Câmara de Educação Básica, alega não ter nenhum documento normativo que trate sobre o assunto.

Maria Cristina Sant'Ana Cardoso, diretora da Secretaria de Finanças do Sinpro-DF, afirma que, na ausência do Estado, os(as) professores(as) e orientadores(as) educacionais devem tomar a iniciativa de promover o esclarecimento, porém, antes de tudo, não esquecerem de sua principal tarefa de proteger as crianças e os

adolescentes do abuso sexual praticado por adultos responsáveis pela sua educação.

“É preciso ter também um bom programa de educação sexual continuada, o qual tem potencial de empoderar as crianças e os(as) adolescentes para que eles(as) mesmos(as) se defendam de eventuais agressões”, avalia a diretora.

Por isso mesmo, as escolas deveriam criar uma política contra o assédio sexual e certificar-se de que ela seja divulgada e aplicada. As escolas devem assegurar aos(as) estudantes as informações esclarecedoras sobre seus direitos, incentivando os(as) jovens a falar sobre o assédio com a escola.

A comunidade escolar também deve ser esclarecida e estar ciente de que os(as) estudantes têm direito a um ambiente de aprendizado

tranquilo, protegido de crimes, em que o crime de assédio seja realmente punível, e não algo com o que devam lidar com naturalidade.

DENÚNCIA

Com intuito de denunciar e de acolher vítimas de assédio sexual nas escolas do país, seis mulheres criaram uma página no Facebook intitulada “Eu tinha um professor que...”. O projeto reúne relatos de meninas que vivenciaram ou presenciaram diversos tipos de violência, desde agressões verbais até assédio sexual dentro das escolas.

A proposta é oferecer, nas redes sociais, um ambiente receptivo para que as vítimas se sintam confortáveis para conhecer casos e desabafar. Além disso, as idealizadoras também esperam que isso sirva como instrumento de transformação.

“Sabemos o constrangimento que é passar por situações de assédio. Por isso, é importante estimularmos a amizade entre mulheres para que possamos, juntas, denunciar casos desse tipo – especialmente quando acontecem na escola –, que podem nos desencorajar a estudar ou a fazer algo que gostamos muito”, disseram as idealizadoras do projeto.

Todavia, da mesma forma que o assédio moral, o assédio sexual ocorre de forma descendente, ou seja, uma pessoa subordinada é agredida por uma pessoa que ocupa cargo superior, e de forma horizontal, ou seja, o crime é efetivado por um colega de trabalho de mesmo nível hierárquico.

Ambos os casos merecem e precisam ser vistos com atenção e cuidado para que as professoras e as estudantes tenham, na escola, um verdadeiro espaço de construção da cidadania, e não um local de sofrimento e desrespeito.

A ARTE DE PRODUZIR CULTURA E RESISTÊNCIA

Espaços culturais no Distrito Federal, como os pontos da cultura, afirmam-se, cada vez mais, como ambientes de contestação e de engajamento político

Por Luis Ricardo Machado

A resistência vai da manutenção da cultura da periferia e projetos que retratam as lutas feministas até o respeito à democracia por meio da música, do cinema e também da dança. A cultura é um conjunto complexo de conhecimento científico, tradicional, arte, crenças, costumes e vários hábitos e aptidões adquiridos pelo ser humano.

Ela traz consigo um importante aspecto de resistência, em que intelectuais, artistas, professores(as), produtores(as) culturais e a própria população

expressam suas “contravenções”, contestações e engajamentos por meio das artes, das manifestações culturais regionalizadas e de atividades intelectuais. No Distrito Federal, a exemplo de todas as regiões do Brasil, há todos tipos de espaço cultura, incluindo aí os denominados “guetos”, os quais têm propagado cada vez mais esse engajamento nos espaços teatrais, musicais, no cinema e, também, na esfera social.

“Ao mesmo tempo em que difundem um sincretismo de ideias e preocupações, esses espaços trazem à tona o engajamento à cultura feminista e revelam a cultura como um *front*

de resistência ao golpe contra a democracia brasileira”, afirma Hellen Cristhyan, produtora cultural, militante feminista e integrante do ponto da cultura Casa Frida, em São Sebastião.

A Casa Frida é considerada um desses guetos culturais que, há 4 anos, vem se impondo como um espaço de resistência feminista, acolhimento e promoção de cultura, arte e educação. Localizada em São Sebastião, a Casa Frida foi criada pela Hellen e outras mulheres, como local para pensar arte, cultura, educação e oportunidade para a periferia.

“Além de evocar o feminismo, a revolução, a igualdade, a



Na Casa Frida, em São Sebastião, mulheres se encontram para construir o 8 de março de 2018: Dia Internacional da Mulher

“São Sebastião tem carência de espaços culturais e de locais que discutam o mundo das mulheres”

Hellen Cristhyan

diversidade e o amor, o espaço físico da Casa Frida tem o papel de transformar a dor em arte e espalhar amor por toda a parte”, afirma. A Casa Frida oferece dois cursos de extensão: um com a temática Sociedade, Trabalho e Capitalismo, do Instituto Federal de Brasília (IFB); e o Corpolítica, ligado a um coletivo destinado às mulheres em parceria com a Universidade de Brasília (UnB). Ambos visam a romper barreiras e a construir o empoderamento teórico, acadêmico e pessoal das mulheres.

“São Sebastião tem carência de espaços culturais e de locais que discutam o mundo das mulheres. Aqui, a cultura machista e do estupro são muito fortes”, ressalta Thibi, poeta, e uma das fundadoras e gestoras da Casa Frida. Ela diz que a Casa trabalha com o projeto Roda de São Samba, que valoriza esse estilo musical tipicamente brasileiro e das mulheres sambistas DF. O local abriga o Cine Clube Feminista, que utiliza o espaço físico da Casa para exibição de filmes com temáticas de protagonismo feminino.

“A Casa existia antes do rompimento democrático no Brasil, mas quando aconteceu o golpe, assumimos um protagonismo para enfrentá-lo, para combater todas as maldades que advêm dele. Realizamos ações de rua, planejamento interno para promover a autodefesa das mulheres e traçamos estratégias para romper as barreiras que o golpe de Estado aplicado no Brasil, em 2016, impõe à popula-



ção, principalmente sobre as mulheres”, diz Hellen.

No entendimento dela, o golpe chegou para barrar uma série de direitos adquiridos com a força dos movimentos sociais. “Esses direitos ferem, sobretudo, as mulheres, a população negra, LGBT, das classes mais pobres, o que nos demanda mais trabalho de acolhimento, mas também mais articulação e mobilização para romper essa sangria do Estado, nosso inimigo hoje”, afirma Hellen.

Outros guetos culturais compartilham da mesma ideologia e se localizam na mesma trincheira, no Distrito Federal, como o do Mercado Norte, o Projeto Mapati, a Casa Ipê, em Ceilândia; a Casa dos Movimentos, na Estrutural; a Pilastra, no Guará; o Jovem de Expressão; e o Ponto da Cultura, na Candangolândia.

Criado em 2017, o ponto da cultura foi transformado em espaço de arte e cultura aberto à comunidade artística da região com a denominação Esquina Criativa. Cleani Marques Calazans, responsável pelo local, diz que a finalidade era oferecer um

espaço no qual se pudesse produzir pesquisas artísticas, ministrar aulas e que assegurasse aos artistas um espaço físico para continuar seus trabalhos. Com o tempo, o ponto da cultura Esquina Criativa passou a realizar projetos sociais para atender à comunidade sempre por meio da arte como transformadora da sociedade”, diz a coordenadora do local.

Ela informa que a Esquina Criativa é um dos projetos ligados diretamente às mulheres. “Nesse espaço tratamos do empoderamento, da violência contra a mulher e até mesmo da geração de empregos, em que elas podem, por meio da oficina de artesanato sustentável, desenvolver produtos para a venda”, relata Cleani. “Quando trabalhamos questões como essas, que vão contra o conservadorismo e o patriarcado, já nos transformamos em um espaço de resistência”.

A diretoria colegiada do Sinpro-DF avalia esses guetos culturais como espaços importante para o desenvolvimento



Grupo do Teatro político realiza protesto contra a reforma trabalhista no Congresso Nacional

de ações que fortaleçam o papel da cultura de resistência na vida do estudante e da sociedade. Por isso, incentiva e participa dos espaços culturais e das produções artísticas nas escolas e nas salas

de aula. Thaís Romanelli, coordenadora da Secretaria de Assuntos Culturais do Sinpro-DF, lembra que o sindicato tem sido parceiro de movimentos culturais realizados nas escolas, assim como tem feito o enfrentamento contra a violência contra mulher.

“A cultura é uma importante ferramenta para o empoderamento feminino. Nos últimos tempos temos vivenciado perdas significativas para a classe trabalhadora, fruto do golpe, mas o enfrentamento tem sido feito, por acreditarmos que é possível um país melhor e para que as mulheres tenham direito de ocupar todo tipo de espaço”, analisa Thaís.

ENGAJAMENTO MUSICAL

O engajamento também tem representação na música, notadamente no Rap. Com um discurso rítmico com rimas e poesias, que surgiu no fim do século XX, nas comunidades negras marginalizadas dos Estados Unidos, o Rap começou sua tra-

jetória como instrumento de transformação dos territórios de violência em espaço de arte, cultura, música, dança e outras manifestações culturais como caminho para a reconstrução da realidade.

Vera Verônica é um exemplo desse tipo resistência nas comunidades periféricas. Negra e moradora da periferia, a brasileira é pedagoga e ativista e coloca nas letras de suas músicas o incentivo ao empoderamento por meio de sua experiência como mulher negra e oriunda de uma periferia destituída de direitos sociais.

Empoderamento é o que buscamos, também, dois movimentos exclusivamente femininos: Batalha das Gúrias (BDG), criado em 2012, e Batalha das Guerreiras, de Santa Maria, criado em 2016. Nos dois projetos, a preocupação é ajudar as mulheres a entenderem a cena, “mostrando que temos potencial, que o nosso lugar é onde queremos estar”, ressalta a MC Kayne Araújo.



Thaís Romanelli diz que a cultura é importante ferramenta para o empoderamento feminino

SÍMBOLO DE RESISTÊNCIA, O CINEMA LEVA EM CONTA A DIVERSIDADE SOCIAL

Classificada como “sétima arte”, pelo “Manifesto das Sete Artes”, de 1912, o cinema também é um instrumento de resistência. O Cine Cultura, no Distrito Federal, atua, há 6 anos, trazendo a reflexão sobre a situação do Brasil. Todo mês realiza um debate com temas variados, relacionados à política. Nilson Rodrigues é o gestor da proposta. Empresário e produtor cultural, ele busca extrair dos filmes algo que possa propor como reflexão sobre a situação do país.

“A função de um cinema de arte é oferecer, para o público, o melhor da produção nacional e estrangeira, sempre levando em conta a diversidade”, afirma. Ele acredita que o cinema “é um espaço de debate sobre a situação do país importante, que, como o teatro, a música e outras manifes-

tações culturais e artísticas, busca compreender melhor as contradições atuais, que é muito importante para corrigir as falhas que existem na nossa sociedade”, explica.

Além de debates, ele promove mostras e festivais sempre com a mesma preocupação social. Eliceuda França, diretora da Secretaria de Assuntos Culturais do Sinpro-DF, diz que o papel da arte e da cultura na vida do estudante é fundamental para formação de sua cidadania, uma vez que ele compreende a cultura como espaço de prazer, de diversão, e, ao mesmo tempo, como expressão de resistência ao desmonte praticado pelo governo ilegítimo de Michel Temer.

“O papel da cultura é registrar a identidade de um povo. E é diante deste registro que precisamos estar juntos porque fazemos a grande diferença na vida

dos estudantes e da sociedade. A cultura e as artes são os instrumentos de formação da consciência sobre a classe dominante e a transformação da sociedade em vivemos para uma sociedade que queremos: mais igualitária”, ressalta Eliceuda.

Thaís Romanelli diz que o sindicato tem parceria com os movimentos culturais e feito o enfrentamento contra a violência contra a mulher. Ela considera a cultura uma importante ferramenta para o empoderamento feminino.

“Nos últimos tempos temos vivenciado perdas significativas para a classe trabalhadora, fruto do golpe, mas o enfrentamento tem sido realizado porque acreditamos que é possível um país melhor e que as mulheres tenham direito de ocupar todo tipo de espaço”, afirma Thaís.



Oficina da ETPVP sobre gênero e papéis sociais

O TEATRO COMO INSTRUMENTO DE LUTA

O segmento teatral também se coloca como uma importante trincheira no processo de resistência ao golpe e de ruptura a todo tipo de preconceito. Sistematizado e organizado pelo teatrólogo Augusto Boal, nos anos de 1960, o Teatro do Oprimido promove a reflexão e a expressão por meio da linguagem teatral.

Além disso, usa o teatro como ferramenta de trabalho político, social, ético e estético, contribuindo para a transformação social. Para Boal, o Teatro do Oprimido é o ensaio geral da revolução, tendo a necessidade de terminar sempre na construção de um modelo de ação futura.

Assim, o Teatro do Oprimido tem a preocupação de clarificar o mundo, as suas relações de poder e dar às pessoas a possibilidade de ensaiar transformações na sua vida real. Ir para além da cena, transformar as intervenções em mudanças efetivas, criar formas de ação coletiva dos oprimidos e concretizar modalida-

des através das quais os oprimidos lutam por alterar a sua vida.

Segundo Sheila Campos, professora e coordenadora da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular (ETPVP), em Brasília, o projeto, surgido a partir do Teatro do Oprimido, integra uma rede internacional denominada Teatro e Sociedade, existente em países da América Latina e da Europa.

Em Brasília, a ETPVP fundou escolas de teatro político com o intuito de instrumentalizar militantes dos mais diversificados movimentos sociais também pelo viés estético, artístico e cultural. “As formas do teatro político se opõem, muito radicalmente, às formas do teatro burguês, que entendemos como alienantes”, afirma.

Ela explica que “esse tipo de teatro não condiz com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e melhor para todos, que é um projeto socialista que enfatiza a coletividade, o protagonismo do proletariado, dos trabalhadores do campo e da cidade, e não de heróis

que personificam uma nobreza ou uma classe dominante política e economicamente falando”, ressalta.

Sheila integra a Comissão Político-Pedagógica da Escola de Teatro e diz que “as formas do teatro popular instrumentalizam quaisquer cidadãos que queiram se expressar por meio das artes, mas, também, em seu conteúdo, busca construir um imaginário que se opõe ao canibalismo do sistema capitalista”.

No Distrito Federal, a Escola de Teatro Político e Vídeo Popular funciona na Casa da América Latina, uma instância da Universidade de Brasília (UnB), que funciona como uma atividade de extensão.

A Casa da América Latina é conduzida por docentes da universidade e por movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e o Levante Popular da Juventude. As atividades são gratuitas e os encontros são destinados ao corpo de aprendizes e à população em geral.



Atriz Sheila Campos, professora e coordenadora da Escola de Teatro Político e Vídeo Popular de Brasília

RECURSOS HÍDRICOS: UMA ABORDAGEM FEMINISTA

Por Ruth Brochado*

Aum conceito-chave para compreender a desigualdade entre homens e mulheres que persiste ainda hoje, pleno século XXI, é a divisão sexual do trabalho. O trabalho doméstico e de cuidados (com crianças, idosos e pessoas doentes) é atribuído às mulheres como se fosse sua vocação natural, e lhes toma tempo e esforços que são negligenciados pelo Estado e pela sociedade, como se não tivessem valor algum.

Nas regiões mais pobres, esse problema se acentua. A escassez de recursos e a desassistência do Estado produzem uma realidade de ainda mais exploração e mais violência contra as mulheres. Nas áreas rurais, o descaso com o meio-ambiente e a concentração de terras pioram tudo. Nesse contexto geral, a questão da água encontra-se na ordem do dia.

O que isso tem a ver com a vida das mulheres? Tudo. São elas que lidam com a água em nível micro: limpar a casa, lavar roupas, assegurar a higiene da família. A falta de acesso à água, portanto, tem impacto decisivo na vida das mulheres.

Léo Heller, relator especial das Nações Unidas para o Direito Humano à Água e ao Saneamento, em seu relatório “Igualdade de gênero e direitos humanos à água e ao esgotamento sanitário”, afirma que em quase todas

as localidades onde há falta ou má distribuição de serviços de saneamento, cabe às mulheres e meninas a tarefa de coletar água para manter a higiene do lar. A execução desse serviço expõe as mulheres a riscos, violência e danos à saúde.

Além disso, o tempo que a tarefa lhes toma as afasta, muitas vezes, da escola e de atividades remuneradas. Até o BID (Banco Internacional de Desenvolvimento) já apresentou dados (2016) apontando que o acesso à água potável proporcionou um aumento de 15% de matrículas escolares de meninas da América Latina e Caribe.

Entre 17 e 22 de março, Brasília recebe o Fórum Alternativo Mundial da Água (FAMA), que traz a afirmação: água é direito, não mercadoria. O FAMA acontece paralelamente e em oposição ao autodenominado “8º

Fórum Mundial da Água”, que reunirá grandes grupos econômicos para debater a crise hídrica, à qual a resposta deles é previsível: privatização.

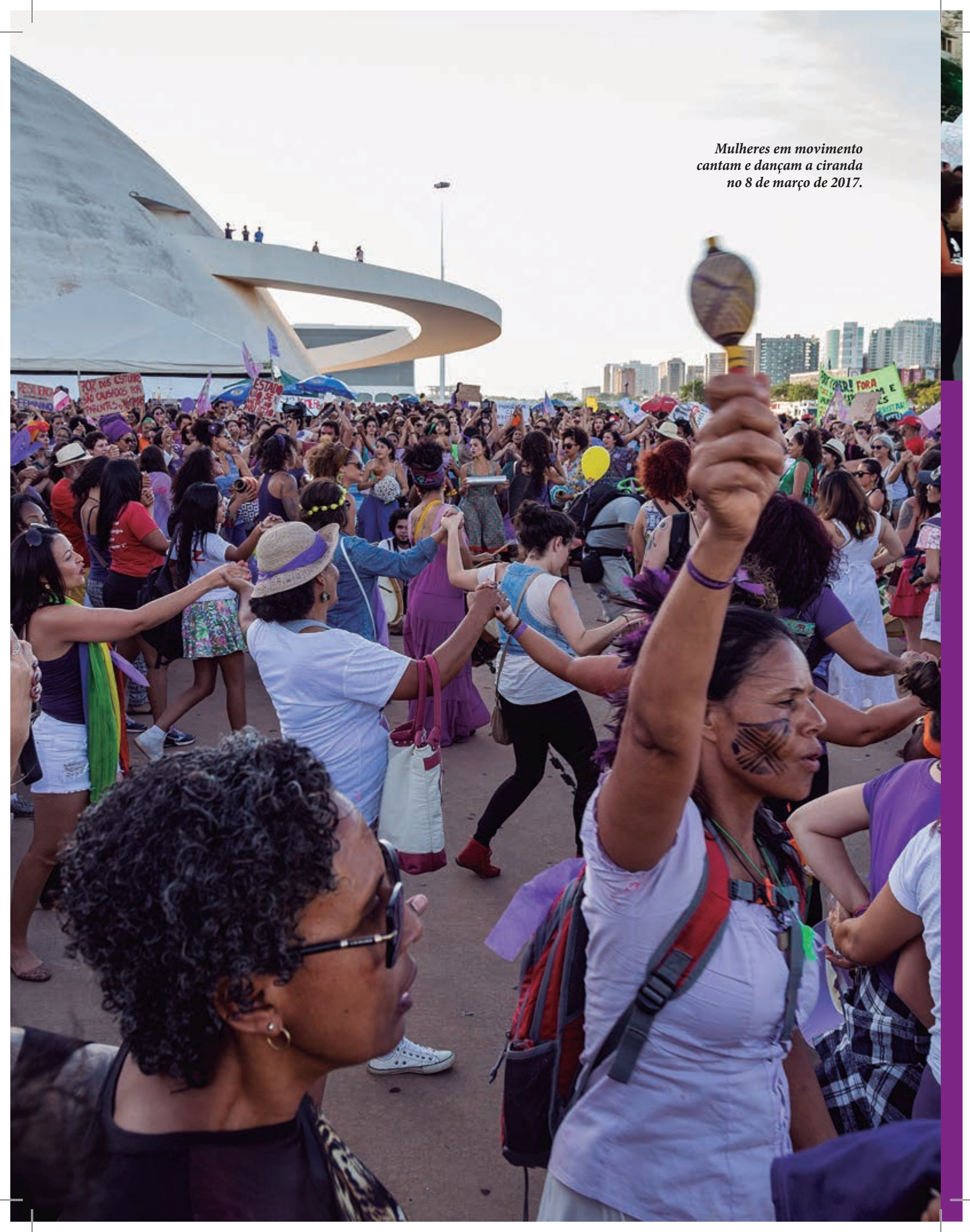
De outro lado, movimentos sociais e organizações populares pretendem dizer ao mundo que a superação da crise hídrica se dará pela reafirmação da água como elemento fundamental da vida, portanto, direito de todos: não pode ser tratada como mercadoria comercializável e de uso restrito de quem pode pagar. É dever do Estado assegurar os cuidados no tratamento da água e a universalização do acesso a ela.

A exclusão de amplos setores da população em relação a esse recurso tem impacto dramático sobre a vida das mulheres. Por isso, é muito importante que o FAMA construa uma abordagem feminista para o enfrentamento dessa urgente questão.



**Professora da rede pública de ensino do DF e diretora da Secretaria para Assuntos e Políticas para as Mulheres Educadoras do Sinpro-DF*

*Mulheres em movimento
cantam e dançam a ciranda
no 8 de março de 2017.*





SE A PEC 181 FOR APROVADA, O ABORTO
PODE PASSAR A SER **CRIME** ATÉ:

SE A MULHER FOR ESTUPRADA

SE A MULHER CORRER RISCO DE MORRER

SE A MULHER ESTIVER GRÁVIDA
DE UM FETO ANENCÉFALO

#ÉPELAVIDADASMULHERES

**Estupros aumentaram
32,4% no DF**

**E AGORA,
RODRIGO?**

**Brasília não está
no rumo certo**

